

ATA N.º 15/2020

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2020:

No dia dezassete de junho de dois mil e vinte, pelas quinze horas e dez minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão, Zoraima Arminda Clemente Cruz Prado, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

Através do edital nº 129/DAFRH-DAAG/2020, foi determinado que a segunda reunião de câmara pública ordinária do mês de junho se realiza no dia 17 desse mês. A participação do público fica sujeita a marcação prévia, na sequência das medidas de prevenção decretadas pela Direção Geral de Saúde (DGS) e em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros nº 33-A/2020, de 30 de abril.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para o período de 12 de junho a 3 de julho de 2020, por motivo de férias, apresentado pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, foi convocada, nos termos dos nºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Sra. Zoraima Arminda Clemente Cruz Prado. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Declaração de reconhecimento de interesse económico e social, no âmbito do n.º 3 do artigo 20º do Regulamento do PDM e ao abrigo do artigo 8º, do Decreto-lei n.º 76/2019, de 3 de junho, e aprovação da proposta de localização do Centro e do trajeto da infraestrutura de ligação à Rede, nos termos do RJUE – SolCarport Portugal

PONTO 2 – Celebração de protocolo de cooperação com SolCarport Portugal

PONTO 3 – Revisão ao Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação em Imóveis Localizados na Área de Intervenção do Gabinete de Recuperação do

Centro Histórico da Vila de Palmela (FIMOC) – Início do procedimento e participação procedimental

PONTO 4 – Prestação de Contas 2019

PONTO 5 – Apoio financeiro às Associações de Proteção dos Animais do Concelho de Palmela

PONTO 6 – Protocolo entre o Município de Palmela e o Município de Setúbal, relativo à repartição dos montantes obtidos pelo pagamento das taxas devidas a título de custas no Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Palmela e Setúbal

PONTO 7 – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de investimentos candidatados ao «Portugal 2020» - Adjudicação

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATA

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pelo Sr. Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, por unanimidade, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 11/2020, da reunião extraordinária de 13 de maio de 2020.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção da/os Sra./os Vereadora/es Zoraima Prado, Raul Cristovão e José Calado, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.

— ATA n.º 12/2020, da reunião ordinária de 20 de maio de 2020.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção da/os Sra./os Vereadora/es Zoraima Prado, Raul Cristovão e José Calado, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.

— ATA n.º 13/2020, da reunião extraordinária de 25 de maio de 2020.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção da/os Sra./os Vereadora/es Zoraima Prado, Raul Cristovão e José Calado, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração Urbanística

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 01.06.2020 e 14.06.2020.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 03.06.2020 a 16.06.2020, no valor de 2.291.563,87 € (dois milhões, duzentos e noventa e um mil, quinhentos e sessenta e três euros e oitenta e sete cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 3.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 16.06.2020, apresenta um saldo de 11.907.140,16 € (onze milhões, novecentos e sete mil, cento e quarenta euros e dezasseis cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 10.573.388,18 € (dez milhões, quinhentos e setenta e três mil, trezentos e oitenta e oito euros e dezoito cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.333.751,98 € (um milhão, trezentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e um euros e noventa e oito cêntimos).

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, o seguinte documento:

. **Voto de pesar** (Rafael Augusto Rodrigues).

Aprovado, por unanimidade, a admissão do voto de pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** passa à leitura do voto de pesar que se transcreve:

. **Voto de pesar** (Rafael Augusto Rodrigues).

"Pinhal Novo perdeu, no dia 8 de junho, uma das suas figuras mais emblemáticas e acarinhadas. Rafael Augusto Rodrigues faleceu aos 97 anos, após uma vida plena, vivida com

um profundo amor e entusiasmo pela terra, pela comunidade e pela palavra. Natural de Moura, no distrito de Beja, chegou ao Pinhal Novo com 6 anos e aqui lançou raízes, que continuarão a dar fruto muito depois da sua partida.

Era filho de um ferroviário e seguiu as pisadas do pai, começando, logo depois do exame da 4.ª classe, a trabalhar como empregado da cantina da estação da CP de Pinhal Novo e a vender bilhas de barro com água. Na adolescência, ainda passou pelo mundo do vinho, como empregado em duas adegas em Vendas Novas, mas o apelo da vida ferroviária foi mais forte e, aos 15 anos, ingressou na CP, primeiro na linha do Sul, entre a Moita e o Pinhal Novo, depois no Montijo e, mais tarde, entre Águas de Moura e Pinheiro.

Dinâmico e bem-disposto, não perdia uma oportunidade de convívio e de colaborar com a comunidade em ações de cariz social, cultural e desportivo. Foi um dos sócios fundadores do Clube Desportivo Pinhalnovense (sócio n.º 3) e da Comissão de Reformados da Freguesia de Pinhal Novo (sócio n.º 1), que deu origem à Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Pinhal Novo.

Apesar de sempre ter apreciado poesia popular, a paixão pela escrita e a poesia desabrocharam depois da aposentação e tornaram-no presença incontornável nos encontros de poesia organizados pela Junta de Freguesia de Pinhal Novo e pela Biblioteca Municipal. Participou, igualmente, em encontros e concursos de poetas populares e jogos florais em todo o país e animou, com a sua poesia, muitas excursões na Península Ibérica e em França, através do programa Turismo Sénior.

Muitos dos seus trabalhos foram publicados em jornais e revistas da região, bem como nos livros da coleção "Origens e Destinos" e nas revistas "Palavra Dita", editadas pela Junta de Freguesia de Pinhal Novo, na sequência dos encontros de poesia com o mesmo nome. No entanto, sonhava com a edição de um livro e esse sonho motivou-o a, aos 80 anos, ingressar na oficina de introdução à informática promovida pelo Município, a fim de aprender a utilizar um computador. A possibilidade de transformar os seus manuscritos em ficheiros para partilhar e perpetuar trouxe-lhe renovada autonomia e entusiasmo. Este trabalho foi encadernado e deu origem a dois volumes, com os títulos "A minha modesta poesia" e "Recordações de alguns episódios vividos na minha vida de ferroviário".

No seu "museu" caseiro, com quatro décadas, colecionou artefactos e compilou memórias da sua vida, da sua terra e da sua atividade. Um espólio que sempre partilhou com a comunidade, com as escolas e com a comunicação social.

O Município honrou o seu percurso ímpar, a sua personalidade contagiante e o seu contributo para o desenvolvimento local com a atribuição, em 2012, da Medalha Municipal de Mérito (grau Ouro), na área do Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações.

Reunida a 17 de junho de 2020, a Câmara Municipal de Palmela **lamenta o falecimento** de Rafael Augusto Rodrigues e **endereça sentidas condolências** à família e às instituições que integrou.”

Em relação ao voto de pesar (Rafael Augusto Rodrigues) intervêm:

O **Sr. Vereador José Calado** cumprimenta os presentes, associa-se a este voto de pesar e congratula-se por ser um cidadão de Moura porque também é de Moura e naturalmente que fica muito feliz por um cidadão Moura chegar a outro concelho e ser reconhecido pela Câmara Municipal, como um cidadão exemplar e por ter contribuído para que o concelho de Palmela seja melhor, mais solidário e reconhece o trabalho deste cidadão que trouxe valores ao concelho de Palmela.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** cumprimenta os presentes e em relação a este voto de pesar, associa-se também de uma forma individual, uma vez que teve a honra de privar com o Sr. Rafael e também em nome do PS porque foi uma personalidade que se perdeu, tinha uma energia que nunca se compaginou com a sua idade e que deixa também um espólio, porque o pequeno museu que tinha no seu quintal, certamente irá perdurar naquilo que é a memória do ferroviário em relação ao século passado e à sua forte presença na vila do Pinhal Novo.

O **Sr. Presidente** refere que estes votos de pesar, do ponto de vista biográfico, nunca estão tão completos quanto todos gostariam, alguns pela sua longa história de vida seria também muito fastidioso enumerar todos os feitos, mas há aqui uma dimensão do Rafael que é indissociável daquela que foi a sua forma de estar na vida e na cidadania, que é a dimensão também de cidadão altamente empenhado, revolucionário, militante do seu partido, fundador de vários movimentos e dinâmicas dos reformados e depois a sua imensa generosidade. Recorda que na semana passada, na sua modesta garrafeira, encontrou um licor de um Sr. Liofar que fez lembrar as incursões ao seu museu, no seu quintal e à sua tina onde também produzia licores caseiros da qual recorda o licor de alfarroba, uma receita do Sr. Liofar que era, na verdade o Sr. Rafael. Portanto, era de facto um homem surpreendente.

Submetido o voto de pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **COVID-19 – Rastreio de profissionais em lares não legalizados – O Sr. Presidente** na sequência daquilo que tem vindo a ser reivindicado sobre a necessidade de continuar a rastrear, refere que terminaram, esta semana, as visitas de identificação e de reconhecimento das condições mínimas para um conjunto de lares não licenciados no concelho de Palmela. Foram 45 a 48 instituições, são mais, mas aquelas que se considerou que tinham condições porque o objetivo era submeter os funcionários a testes e uma vez que há funcionários que

trabalham em vários, vão em conjunto com o Ministério do Trabalho da Segurança Social, o Serviço Municipal de Proteção Civil e a Autoridade de Saúde, promover o rastreio da COVID a 283 profissionais na próxima sexta-feira e assim, fica completo este ciclo junto deste grupo de risco. Depois daquilo que se vai ouvindo falar, é evidente que o medo continua a tolher um pouco a capacidade de entendimento e compreensão de algumas pessoas e por isso quer garantir que o município continua a acompanhar todos os casos reportados ao dia, que neste momento, são 17 os casos ativos no concelho, estão todos identificados e que estão a cumprir confinamento, sem registo de nenhum surto, mas, tendo em consideração que o desconfinamento, possa levar a que apareçam mais casos nos próximos tempos, o município está atento e preocupado também com outros setores onde a concentração de pessoas possa ser maior, não tanto as esplanadas, mas sobretudo locais de trabalho em que as pessoas estão muitas horas em permanência, transportes públicos e por essa razão o município está a trabalhar em sintonia com as autoridades de saúde no sentido de começar a perceber o que se passa, em particular em empresas de Construção civil e nalgumas unidades industriais que mesmo com excelentes planos de contingência, sabe-se que pode haver alguns locais onde tal não esteja a ser devidamente cumprido e daí esta articulação com as autoridades, com os Ministérios, uma vez que possivelmente poderá haver um próximo ciclo que poderá chegar a outros setores profissionais.

• **Ações de prevenção e defesa da floresta contra incêndios 2020 - O Sr. Presidente**

refere que sobre a questão da limpeza dos terrenos, das florestas, do Plano Operacional municipal, felizmente, houve uma alteração nos prazos até 31 de maio para a limpeza de terrenos, mas não foi alterada noutras dimensões que pessoalmente e politicamente defende, pelo menos a não criminalização do presidente da Câmara, pelo facto, de se houver algum incêndio nalgum terreno que porventura lhe competisse limpar, a questão é que, não obstante estes atrasos, houve imenso trabalho feito no terreno por parte de particulares e do município. Este ano tudo começou mais tarde, até para as notificações no sentido de dar o devido cumprimento à legislação, está a ser adiado para a 31 de maio, com um prazo de 10 dias úteis pelo menos, e só a partir dessa data é que se começa finalmente a notificar de novo quem ainda não limpou os seus terrenos. Depois, os municípios têm um mês para fazer aquilo que outros não fizeram, aliando a isso os problemas de contratação, a falta de recursos, mas mesmo assim tem sido feito por administração direta a limpeza de muitos hectares de terrenos sejam municipais, lotes privados e também a atuar articuladamente com a fiscalização nos locais identificados pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, pela GNR como os mais problemáticos. Considera que é preciso distinguir o que são terrenos agroflorestais que estão neste capítulo dos incêndios rurais e o que são lotes urbanos, porque é outro regulamento e outra forma de atuação, portanto, não obstante estas questões, da dificuldade de contratar empresas, dos prazos terem começado mais tarde, há já imenso trabalho no terreno.

• **Projeto do sistema elevatório da Rua Uva do Moscatel em Vale da Vila – O Sr. Presidente** informa que foi lançado concurso para o projeto de execução para o sistema elevatório de águas residuais da Rua da Uva Moscatel em vale da Vila. Trata-se de um pequeno loteamento numa zona rural, licenciado há uns anos, ficou com uma pré instalação para um modelo de ligação que entretanto, não se pode fazer para a pendente que estava definida e como atualmente já existe rede no outro lado da estrada e, portanto, para que aquelas moradias que continuam felizmente a ter muita procura e em construção, possam abandonar os sistemas de fossa séptica ou com outro tipo de ETAR ditas ecológicas, o município vai adjudicar um projeto com um sistema elevatório de águas de bombagem nessa rua, porque a rede já está instalada a trata-se de bombear do fim da rua para onde a rede levava esgotos para o início da rua, onde passa o coletor da Simarsul, nomeadamente na Lagoa da Palha, Rua do trabalhador Rural. É um projeto com um custo de 6.154,40€.

• **Execução do projeto para novo arruamento em Aires – O Sr. Presidente** informa que foi adjudicada a elaboração do projeto de execução para a abertura de um novo arruamento em Aires, a ligação entre a Avenida Joaquim Lino dos Reis e a Rua de Aljubarrota. O projeto inclui todas as infraestruturas, iluminação pública, mobiliário urbano e via pedonal/ ciclável. Trata-se de uma via com dois sentidos, com uma ciclovia em paralelo, com estacionamento, com infraestruturas e depois numa das frentes que irá permitir o loteamento, construção e a unidade de execução tem precisamente, o objetivo de amarrar os proprietários desses terrenos às obras de urbanização, a par do município, porque vão beneficiar, podendo construir. A abertura deste arruamento irá melhorar a qualidade do desenho urbano naquela área e beneficiar ainda a segurança rodoviária, uma vez que esta nova artéria permitirá melhorar a fluidez do tráfego, ao abrir uma alternativa na ligação norte-sul na localidade de Aires. Foi adjudicado por cerca de 10.600€.

• **Empreitada na Escola Zeca Afonso, em Pinhal Novo – O Sr. Presidente** informa que foi adjudicada a empreitada de ampliação do refeitório e ampliação do recreio coberto do pré-escolar da Escola Básica José Afonso, em Pinhal Novo. Foi adjudicado por 260 mil euros com IVA incluído. Visa melhorar a funcionalidade e adequação do espaço, com a substituição de equipamentos de confeção de segurança para preparação de alimentos e um espaço para que as crianças possam tomar ali as suas refeições, porque a escola tem muitos alunos, cresceu rapidamente se e a cozinha, mesmo com um sistema de rotatividade, precisa de mais espaço. O espaço do recreio coberto também vai crescer de 68 para 116 metros quadrados e também as questões de drenagem de águas pluviais, a requalificação da área exterior envolvente à zona de obra e depois está em preparação uma outra fase da obra relacionada com os espaços de jogo

e recreio que já foi instalado no início do ano letivo, mas querem instalar mais dois, porque, de facto, são muitas crianças.

• **Obra do Largo da Mitra, em Pinhal Novo – O Sr. Vereador Adilo Costa** informa que foi despachado, esta semana, a abertura de concurso público para a empreitada de requalificação do Largo da Mitra, em Pinhal Novo. O concurso tem um valor com IVA que ascende a cerca de 184.000€. Na prática, a obra vai criar uma nova praça pública, adaptada à realização de eventos, mas a funcionar, no dia-a-dia, como um parque organizado com mais de 50 lugares de estacionamento e ligações pedonais e cicláveis à estação de caminho-de-ferro, às ciclovias e ao Largo José Maria dos Santos, do outro lado da linha férrea. A obra para a qual abriram concurso inclui pré instalação para carregamento de veículos elétricos, abrigo para passageiros de autocarro, nova iluminação e mobiliário urbano.

• **Concurso para a obra de drenagem de águas residuais de Cajados – O Sr. Presidente** informa que foi lançado, por cerca de 658.400€ (IVA incluído), o concurso para a empreitada de drenagem de águas residuais domésticas de Cajados. Esta empreitada, para a 1ª fase, inclui a construção de 2691 metros de rede, quase três quilómetros, na Travessa 1º de Maio, Rua 25 de Abril e EN-10, com a construção de 90 ramais. Depois, irá ser construída uma estação de bombagem, totalmente enterrada e composta por um poço de bombagem, uma câmara de manobras e uma câmara de medição de caudal, que ficará preparada para receber os caudais oriundos de uma segunda fase da intervenção, a lançar posteriormente. Trata-se de um investimento avultado, mas que vai ser determinante para a qualidade de vida daquelas pessoas que ali vivem.

• **Concurso para reforço estrutural da Capela S. João Batista – O Sr. Presidente** refere que foi lançado, com o preço base de 12.000€, um procedimento concursal para execução da 1ª fase de reforço estrutural da Capela de S. João Baptista. Trata-se, nesta fase, de executar trabalhos urgentes de reforço, desmonte e remoção de elementos estruturais que, devido ao seu estado de degradação, apresentam risco de queda eminente. Em relação à obra, o município está a preparar e a ultimar o caderno de encargos, mas até a obra começar, considerou-se que era necessário fazer ali uma obra de contenção para acautelar eventuais perigos ou acidentes para quem passava nas imediações da capela.

• **Empreitadas de pavimentação – O Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e refere que sobre as empreitadas de requalificação da rede viária municipal, foram adjudicadas 3 empreitadas de pavimentação, num investimento municipal superior a 440 mil euros. No

Pinhal Novo vai avançar a pavimentação do Aceiro da Fonte da Prata, com um valor superior a 157 mil euros. No Lau, Poceirão, a pavimentação da Rua António Roldão sucede agora à intervenção já feita pelo Município na rede de águas deste arruamento e ronda os 161 mil euros. Por fim, em Palmela vai-se avançar com a pavimentação de um troço da Rua Florbela Espanca e Rua do Lagar, na Volta da Pedra, com um investimento na ordem dos 124 mil euros. Salienta que estas três empreitadas encontravam-se elencadas no projeto “Eu Participo”, dando-se assim cumprimento aos compromissos assumidos junto das populações.

Assuntos apresentadas pelos Srs. Vereadores José Calado, Pedro Taleço, Raul Cristovão e Paulo Ribeiro

• **Pintura das passadeiras** – O **Sr. Vereador José Calado** congratula-se com todas as intervenções e trabalhos que estão a ser feitos no concelho, porque o papel do Mim neste executivo é colaborar o máximo possível, para que as populações fiquem satisfeitas por aquilo que precisam seu dia-a-dia, no entanto, existem algumas situações que é preciso chamar a atenção e recorda que há alguns meses falou sobre a sinalização das passadeiras, das vias de circulação que ainda não foi feito em alguns sítios que eram problemáticos, por isso deixa aqui esse alerta.

• **Calçadas em mau estado em Pinhal Novo** – O **Sr. Vereador José Calado** refere que, nos últimos tempos, principalmente no Pinhal Novo tem aparecido novamente alguns buracos e algumas situações no piso que apareceram, sobretudo depois das últimas chuvas e que ainda não foram resolvidos. Também na questão dos passeios, as calçadas estão em muito mau estado, que apesar de ser da responsabilidade da Junta de Freguesia, considera que é importante deixar aqui este alerta para que o executivo da Junta de Freguesia possa resolver esses problemas.

• **Área da eficiência energética** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que sobre a área da eficiência energética, foi uma matéria lançada como desafio numa reunião com o Sr. Vereador Adilo Costa que tinha a ver com uma intervenção na Escola Alberto Valente relativamente à eficiência energética que começaram por falar em fotovoltaicos e acabaram a falar num gerador que estava sem funcionar, que funcionou durante 2 anos e depois ficou sem funcionar. Neste momento já está a funcionar e julga que agora o desafio do pelouro da eficiência energética, mas também para o pelouro da educação é demonstrar o que aquele gerador está a produzir às crianças e adultos, uma vez que é também uma demonstração de um conceito, uma vez que esse gerador tem, em termos de produção de injeção direta na escola um valor de 650€ anuais, portanto, é uma produção que decorre do funcionamento

deste equipamento e a complementar em relação à conversa que levou à tal reunião, que tem a ver também com a instalação de fotovoltaicos e da tentativa de projetar uma escola onde os consumos sejam zeros, pelo que trata-se de uma fase complementar que, por exemplo, em relação a outros projetos municipais, que estão nesta altura em maturação como as ecofamílias que normalmente é mais eficaz e eficiente para transmitir conceitos para o futuro e, portanto, deixa aqui esta nota, não pela realização em si, mas, pelo facto de estar a funcionar e de se ter aqui matéria para trabalhar no que se refere à sensibilização.

• **Higiene urbana** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que sobre a situação da higiene urbana e tal como o Sr. Presidente disse, no mês de abril e parte do mês de maio, verificaram-se impactos naquilo que estava programado e aquilo que ainda não está como completo, nomeadamente em relação a questões de higiene urbana e outras. Refere que não têm recebido qualquer tipo de pressão de reclamações do que dos anos anteriores. Neste momento, está na altura da deservagem que deveria ter iniciado na altura em que começou a pandemia, mas as carrinhas foram usadas para as desinfecções, o pessoal também foi em parte desviado para esse serviço e não se pode pedir mais ao pessoal. Aliás, esteve a ver uma campanha de outro município que chamava a estes trabalhadores de super-heróis da higiene urbana, qualquer coisado género, porque, de facto, estas pessoas estão a trabalhar todos os sábados por proposta deles próprios em relação ao serviço por fazer, não foram convocados superiormente para o fazerem e, desde o mês de fevereiro, com a exceção de um sábado que correspondia a um feriado, portanto, é importante agradecer. Depois, registaram-se dificuldades na contratação exterior, com fornecimentos de herbicidas, mas atualmente as situações estão normalizadas e em termos de ponto de situação, informa que em relação ao que falta fazer, a localidade de Padre Nabeto foi concluída ontem, estão a intervir em Aires, nas Casas da Quinta, Quinta da Glória, Cabeço Velhinho completando assim, as intervenções mais urgentes em Palmela; em relação à zona do Pinhal Novo, está programado intervir no início da próxima semana no Bairro da Cascalheira, na Venda do Alcaide cujos trabalhos já se iniciaram e outros estão a iniciar-se, também com recurso a contratação externa, porque as brigadas ficaram reduzidas uma vez que alguns dos funcionários pertenciam aos grupos de risco. Em relação aos verdes, a manutenção de parques não tem tido especial pressão, mas está a chegar a uma situação de normalidade, uma vez que também as empresas com as quais a autarquia trabalha também tiveram algumas dificuldades, mas de uma maneira geral, o município teve alguma paciência e percebeu que estavam numa situação excecional e tentou-se resolver, dentro das emergências, aquelas que se afiguravam como as mais incomodativas para o bem-estar do cidadão. Reitera a disponibilidade das equipas da autarquia, não apenas do sector de higiene urbana, mas também de outros sectores, cujos operacionais foram mega heróis que, com ou sem pandemia, estiveram disponíveis, portanto, pede ao cidadão alguma paciência, porque os trabalhos vão sendo retomados no sentido de atingir uma normalidade.

• **Balneários da Palmela Desporto, Empresa Municipal – O Sr. Vereador Raul Cristovão** cumprimenta os presentes e alerta para a questão das condições de utilização dos balneários da Piscina de Palmela, pois teve o contacto com um munícipe que demonstrou preocupação em relação às novas regras do COVID e também em relação à necessidade de uma renovação e expansão dos balneários.

• **Remendo numa rua em Fonte da Barreira– O Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que uma outra questão está relacionada com uma rua no Bairro da Fonte da Barreira, que tem um corte no asfalto por causa de obras de uma conduta de água e que está por remendar há cerca de 2 anos e já ali houve dois casos que iam provocando ali acidentes e tratando-se de uma coisa tão pequena pode passar despercebido, mas quem ali mora chamou a atenção.

• **Limpeza dos terrenos – O Sr. Vereador Raul Cristovão** em relação à limpeza dos terrenos deixa aqui duas notas positivas, porque mesmo com as dificuldades registadas durante a pandemia, num território tão vasto como é o concelho de Palmela, essas limpezas têm estado a ser feitas e por isso em nome do PS deixo aqui esse reconhecimento, porque, de facto, tem havido essa preocupação, até porque cada vez é mais difícil encontrar quem faça este tipo de trabalho e por isso reforça o esforço e a entrega dos trabalhadores da autarquia e das empresas para manter este território com o máximo de boa imagem e limpeza e também mais protegido em relação a possíveis fogos, especialmente numa altura do ano que se prevê com muito calor.

• **COVID-19 - Desconfinamento – O Sr. Vereador Raul Cristovão** exalta o esforço que todos têm feito nesta fase desconfinamento, é uma luta coletiva que todos devem fazer em nome do social e da economia, salvaguardando ao máximo os direitos e as liberdades, mas realça algumas preocupações sobre algumas concentrações, nomeadamente de alguns jovens que depois se verifica a acumulação de lixo e garrafas em alguns sítios, provavelmente algo que é feito durante a madrugada, mas que causa preocupação aos cidadãos, até por uma questão de saúde de todos e desses mesmos jovens. Trata-se, efetivamente de uma questão de fiscalização da GNR, que também reconhece ser difícil de atuar em todos os pontos, mas ainda ontem, passou por alguns sítios e reparou num grande acumulado de garrafas de bebidas alcoólicas, sobretudo junto ao miradouro em Palmela que presume que tenha havido na noite anterior ali concentrações de jovens e isso é uma preocupação que tem como cidadão e como autarca. É apenas uma nota que deixa aqui, para que todos, neste momento, possam contribuir

para que este desconfinamento fosse, de facto, em condições de segurança para todos, porque considera que todos devem ter esta responsabilidade coletiva e individual.

• **COVID-19 - Desconfinamento** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e refere que se associa às palavras do Sr. Vereador Raúl Cristovão, uma vez que é responsabilidade de todos sobretudo nesta matéria, porque é importante não recuar, porque esse recuo significa, não só o crescimento da doença, como o agravamento das condições socioeconómicas daqueles que menos têm e isso é o mais preocupante, por isso considera que todos devem dar sinais de responsabilidade, mesmo em manifestações públicas e políticas, porque é importante que não se dê leituras diferentes às pessoas quando assistem ao que muitas vezes se passa no espaço público.

• **Jardim contíguo ao S. João, em Palmela** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** alerta para algum estado de degradação no Jardim Joaquim José Carvalho, sobretudo na encosta que tem a relva está seca, amarela e por isso apela à intervenção da autarquia para aquele espaço.

• **Capela do cemitério de Palmela** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** questiona por que razão ainda não houve nenhuma intervenção na capela na casa mortuária do cemitério de Palmela que continua por a degradar-se de dia para dia.

• **Trilhos de Vale dos Barris** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que algumas questões que alguns munícipes lhe colocaram, provavelmente tiveram mais importância por causa desta fase do confinamento e que estão relacionadas com os trilhos no Vale dos Barris. Foi referido que existe alguma conflitualidade entre aqueles que passeiam ali a pé e os que seguem nas bicicletas. Questiona se é possível fazer ali algum ordenamento, para que quem segue de bicicleta ou a pé possam usufruir de um passeio sem haver conflitos.

Às questões apresentadas pelos Srs. Vereadores José Calado, Pedro Taleço, Raul Cristovão e Paulo Ribeiro, são dadas as seguintes respostas:

_ **Jardim contíguo ao S. João, em Palmela** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** em relação á questão colocada sobre Jardim contíguo ao largo de São João, esclarece que no início de junho verificou-se ali uma praga de fungos e que, nesta altura já foi resolvido. Também se registou um problema no sistema de rega e que quando pára por um ou dois dias, com o calor que se fez sentir, a relva depressa começa a ficar amarela, mas são situações que estão resolvidas, são

situações que estão entregues à empresa que faz a manutenção em Palmela e, portanto, espera que sejam situações pontuais e que não se repitam.

_ **Capela do cemitério de Palmela** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que está em concurso.

O **Sr. Presidente** informa que em breve será adjudicada a empreitada.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** questiona se já foram entregues as propostas.

O **Sr. Presidente** esclarece que está em fase de concurso.

_ **Pintura das passadeiras, sinalização horizontal e calçadas** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** em relação à questão colocada pelo Sr. Vereador José Calado sobre a sinalização horizontal e calçadas, esclarece que também nesta última existe uma intervenção da autarquia em relação a passeios considerados mais estruturantes e que constam na listagem para virem a se executados, portanto, vão sendo feitos, aliás há um lançamento de empreitadas nessas duas áreas e espera que sejam executadas paulatinamente.

O **Sr. Presidente** sobre os passeios nos espaços naturais na serra, esclarece que é muito difícil intervir através de medidas de sinalização que na generalidade são consideradas intrusivas no meio natural, a questão da sinalética em alguns trilhos está, há muito tempo, pendente no ICNF, irão estar alguns trilhos sinalizados com estruturas que se enquadram bem, mas é questão que depende sobretudo de cidadania, porque há locais que têm barreiras em madeira ou materiais naturalizados como baias para evitar a passagem de veículos, que alguns nem são autorizados pelo ICNF mas por questões de proteção civil, de acesso, já para não falar que alguns dos trilhos estão em terrenos privados e, portanto, é mais complicado, mas, felizmente, têm conseguido que aquela circulação, naqueles trilhos, continue sem obstáculos para o usufruto público, mas, de facto, tem de haver alguma cidadania, porque é claro que as bicicletas num trilho têm de dar prioridade ao peão e, portanto, quem anda de bicicleta, tem de dar prioridade ao peão, porque são sobretudo caminhos pedonais, com exceção daquela zona inicial que depois acaba a zona de calçada grossa e começa uma zona de terra batida. Até porque se houver incidentes graves dessa natureza e os resultados podem ser os piores, que é o parque proibir de uma vez por todas a circulação de bicicletas, tal seria muito mau, porque a prática de BTT está também associada ao turismo. É necessário sinalizar esses circuitos e o parque da Arrábida tem essa proposta, já há bastante tempo, com projetos intermunicipais sobre essa matéria que congrega os 3 municípios.

Depois, em relação às outras questões aqui colocadas, parece haver sempre um grande défice na resposta dos serviços municipais na limpeza, nos verdes e em relação aos monos, mas nesta questão tem a mesma opinião que o Sr. Vereador Pedro Taleço, as equipas municipais têm dado o máximo, e em relação aos prestadores de serviços, que são um serviço comprado para colmatar a insuficiência de recursos que a autarquia sente, por vezes não correspondem às expectativas e sobre isso, admite que é um assunto que não chamaram a colação, mas que também preocupa, sobretudo a questão dos monos na zona de Cabanas e em Vila Amélia que é uma loucura, são toneladas de resíduos depositados ilegalmente e cujo prestador de serviços para aquela zona, a SUMA, tem tido graves incumprimentos, não obstante as toneladas ultrapassarem aquilo que está no caderno de encargos, ainda assim, tem tido incumprimentos. A Autarquia está a aplicar as penalizações contratuais, mas como as penalizações não resolveram o assunto, na semana passada adjudicou-se o serviço a outra empresa que começou esta semana a recuperar o passivo enorme de toneladas deixado pela empresa e por quem continua, com algumas atividades económicas, a não ter o gesto de cidadania e respeito para com os seus concidadãos, para com o ambiente e os proprietários dos terrenos daquela zona.

Nas questões da limpeza e higiene urbana, considera que as explicações do Sr. Vereador Pedro Taleço foram elucidativas, a situação está planificada e também há as contratações de serviços e alerta que não pode haver atrasos na aplicação do herbicida após o corte, porque mesmo com o calor, com teor de humidade que têm nesta zona, é necessário atuar com urgência e considera que até final de julho a situação irá estar normalizada.

_ Balneários da Palmela Desporto, Empresa Municipal – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha cumprimenta os presentes e relativamente aos Balneários da Palmela Desporto, EM, esclarece que a informação que tem por parte da administração da empresa, estão a ser cumpridas todas as orientações da Direção-Geral de Saúde. Acrescenta que, precisamente ontem, deu entrada nos serviços, uma reclamação relativamente ao aspeto que referiu e que será devidamente analisada, mas tranquiliza os utentes que podem reiniciar a prática desportiva nos equipamentos geridos pela Palmela Desporto em condições de segurança, porque estão a ser adotadas todas as medidas para que seja possível retomar a atividade com normalidade.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Declaração de reconhecimento de interesse económico e social, no âmbito do n.º 3 do artigo 20º do Regulamento do PDM e ao abrigo do art. 8º do Decreto-lei n.º 76/2019, de 3 de junho, e aprovação da proposta de localização do Centro e do trajeto da infraestrutura de ligação à Rede, nos termos do RJUE – SolCarport Portugal.

PROPOSTA N.º GAP 01_15-20:

«A empresa SolCarport Portugal, Unipessoal, Lda., com o NIPC 515575283, com sede social na Rua de S. José, nº 187, em Cascais, apresentou um pedido de informação prévia para instalação de um Centro Electroprodutor Solar Fotovoltaico (CESF), em Rio Frio.

Consultados previamente os serviços, concluiu-se que a área onde pretendem instalar o CESF, se encontra, de acordo com o PDM, em área classificada como Espaços Agro-Florestais Categoria II, admitindo do ponto de vista do uso, a localização de indústria transformadora e extrativa carecendo, no entanto, de ver reconhecido o interesse económico e social previsto no nº3 do Artigo 20 do regulamento do PDM de Palmela.

Acresce que o terreno em causa é atravessado por diversas linhas de água integradas no domínio público hídrico, pelo que carece de parecer por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Também a instalação está sujeita a avaliação de impacte ambiental.

De referir ainda que se trata de uma Central que vai ocupar uma área de 250ha, e terá uma potência total de ligação à rede de 450 MWp. Vai produzir anualmente 722,50 milhões kWh e terá uma economia anual face à produção tradicional de energia de 350.150 toneladas de CO2. Trata-se de um investimento na ordem dos 262 milhões de euros.

Contrariamente à metodologia anteriormente adotada para pedidos similares das anteriores Centrais Solares, em que apenas se submetia a reunião de Câmara a aprovação de emissão da Declaração de Interesse Económico e Social, quando o promotor tivesse todos os pareceres das demais entidades, em virtude de alteração legislativa (art. 8º do Decreto-Lei n.º 76/2019, de 3 de junho) a emissão daquela declaração, bem como o parecer favorável de localização são feitos em momento anterior, uma vez que, tal como é estipulado por aquela norma: "O procedimento para atribuição de licença de produção inicia-se com a apresentação, pelo interessado, de um pedido dirigido à entidade licenciadora, devidamente instruído nos termos previstos no anexo I", no qual se inclui o parecer favorável sobre a localização daquele Centro Electroprodutor emitido pela Câmara Municipal.

De facto, o Decreto-lei nº 76/2019, de 3 de junho, procede à 5.ª alteração aos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e altera o regime jurídico aplicável ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e à organização dos mercados de eletricidade.

Posteriormente a DGEG publicou a 14 de fevereiro de 2020 os Termos de Referência para os Acordos a celebrar com os operadores de Rede para a atribuição de capacidade de injeção na Rede Elétrica de Serviço Público (RESP), obrigando as empresas candidatas a apresentar a aprovação da localização da Central, bem como do trajeto das redes, ao abrigo do artigo 14º do RJUE na sua atual redação, sob pena de não obterem a pontuação necessária para aceder aos acordos a celebrar.

É nesse contexto que a empresa SolCarport veio solicitar ao abrigo do pedido de informação prévia, nos termos do RJUE, a emissão de parecer sobre a viabilidade do projeto e sua localização (centro electroprodutor e infraestruturas de ligação à RESP).

Assim, face à informação recolhida do Departamento de Administração Urbanística e Gabinete de Planeamento Estratégico, e sem prejuízo da obtenção dos pareceres eventualmente favoráveis das entidades que sobre a matéria se devam pronunciar, nomeadamente em razão da localização proposta, considera-se que estão reunidas as condições para emitir a Declaração de Interesse Económico e Social, daquele Centro Electroprodutor, ainda que sujeito, para efeitos de licenciamento, aos requisitos legais exigidos para o efeito.

Pelo exposto, **propõe-se** que, ao abrigo do articuladamente disposto no art.º 8º do Decreto-Lei n.º 76/2019, de 3 de junho, com remissão expressa ao Anexo I deste diploma, e o disposto no n.º 3, do art.º 20º do Regulamento do PDM, a Câmara Municipal de Palmela delibere aprovar:

1. A localização proposta para a instalação/construção deste Centro Electroprodutor e do trajeto da infraestrutura de ligação à Rede, nos termos do artigo 14º do RJUE;
2. A emissão de Declaração de Interesse Económico e Social deste projeto.»

Sobre a proposta de Declaração de reconhecimento de interesse económico e social, no âmbito do n.º 3 do artigo 20º do Regulamento do PDM e ao abrigo do art. 8º do Decreto-lei n.º 76/2019, de 3 de junho, e aprovação da proposta de localização do Centro e do trajeto da infraestrutura de ligação à Rede, nos termos do RJUE – SolCarport Portugal, numerada GAP 01_15-20, intervém:

O **Sr. Vereador José Calado** congratula-se com este projeto, porque é um projeto limpo, que traz vantagens para o concelho e também para o país e, naturalmente que essa reviravolta da declaração de interesse para aquela zona o satisfaz plenamente e, por isso, o voto favorável do MIM.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 2 – Celebração de protocolo de cooperação com SolCarport Portugal.

PROPOSTA N.º GAP 02_15-20:

«A empresa SolCarport Portugal, Unipessoal, Lda., com o NIPC 515575283, com sede social na Rua de S. José, nº 187, em Cascais, apresentou um Pedido de Informação Prévia (PIP) para instalação de um Centro Electroprodutor Solar Fotovoltaico (CESF), em Rio Frio.

Trata-se de uma Central que vai ocupar uma área de 250 ha, e terá uma potência de ligação à rede de 450 MWp. Vai produzir anualmente 722,50 milhões kWh e terá uma economia anual face à produção tradicional de energia de 350.150 toneladas de CO₂. O investimento previsto é na ordem dos 262 milhões de euros.

Fruto de alteração legislativa a empresa, em sede de Acordos a celebrar para atribuição de injeção na Rede Elétrica de Serviço Público, veio solicitar ao abrigo do pedido de informação prévia, nos termos do artº 14º do RJUE na sua atual redação, a emissão de parecer sobre a viabilidade do projeto e sua localização (centro electroprodutor e infra estruturas de ligação à RESP).

Nessa sequência informou também do interesse em celebrar desde já um protocolo de cooperação com a Autarquia no sentido de proceder à oferta e instalação de carregadores elétricos, em locais a indicar pelo município, em proceder à recuperação da rede viária junto ao Centro Electroprodutor, a sedear a empresa que irá construir e explorar o Centro e ainda em contratar no concelho 36 trabalhadores permanentes para o período de funcionamento do Centro.

Esta doação para além de vir ajudar a responder aos objetivos do PAESP (Plano de Ação para a Energia Sustentável de Palmela), e consequentemente para o PNEC2030 (Plano Nacional de Energia e Clima) permitindo reduzir os consumos de energias provenientes de fontes não limpas, vem também promover a melhoria da qualidade de vida dos munícipes do Concelho.

Face ao exposto, **proponho** que a Câmara aceite as doações referidas pela empresa SolCarport, consubstanciada na assinatura do protocolo de cooperação de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1, do artº 33º, do Regime Jurídico das Autarquias locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, cuja minuta se anexa.»

Sobre a proposta de Celebração de protocolo de cooperação com SolCarport Portugal, numerada GAP 02_15-20, intervém:

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** salienta os aspetos positivos da 1ª e da 2ª proposta, porque a disponibilidade desta empresa em ter alguma responsabilidade social com o município,

sobretudo com a contratação dos 36 trabalhadores permanentes, uma vez que Portugal atravessa uma taxa de desemprego significativa e este tipo de investimento no concelho é importante. Depois, também contribui para a descarbonização e para a indústria verde e limpa no concelho de Palmela, é importante e fator de registo, que saúda, não só pela sua dimensão, mas, também por aquilo que representa, naquilo que deve ser uma nova filosofia de investimento, tendo em conta a questão do equilíbrio ambiental.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

GABINETE DE RECUPERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Revisão do Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação em Imóveis Localizados na Área de Intervenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico da Vila de Palmela (FIMOC) – Início do procedimento e participação procedimental.

PROPOSTA N.º GRCH 01_15-20:

«Nos termos das atribuições e competências conferidas às autarquias e no sentido da prossecução do interesse das populações, o Município de Palmela, tem em vigor desde 2008 um regulamento administrativo apto a prestar apoio e dinamizar a acção dos particulares, relativamente à beneficiação e recuperação de habitações degradadas, designado Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação em Imóveis Localizados na Área de Intervenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico da Vila de Palmela, doravante designado por “Regulamento do Programa FIMOC”.

Este regulamento viu em 2011 a sua redação alterada, com vista à necessária adaptação à simplificação do padrão de controlo urbanístico imposto pelas mudanças à data firmadas no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE (Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro), nomeadamente para as ações de conservação em imóveis localizados em Zona Especial de Proteção de imóveis classificados, na qual se inclui a área de intervenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, e sendo estas o objeto primordial do Regulamento do Programa FIMOC.

Volvidos que estão nove anos desde esta última alteração, entende-se adequado abrir em 2020 novo procedimento com vista à Revisão deste Regulamento do Programa FIMOC, considerando a necessária atualização do quadro legal habilitante, reforçando e alargando as medidas municipais defendidas nas Estratégias de Reabilitação Urbana, nos territórios sujeitos à delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana, nomeadamente o Centro Histórico de Palmela, no

qual os apoios FIMOC na componente de conservação do edificado são complementares aos incentivos e benefícios definidos para intervenções mais profundas de reabilitação.

O Regulamento do Programa FIMOC e a revisão a operar, pretende solidificar a estratégia de desenvolvimento e revitalização dos centros urbanos do concelho com o objetivo de os renovar e reabitar; investindo, por forma a contrariar a degradação física do edificado e consequentes condições de segurança/salubridade e habitabilidade que prejudicam a imagem e vivência desses locais.

Assim, nos termos do previsto no artigo 98.º do novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), publicado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o estatuído na al. k), n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **sujeita-se à deliberação** da Câmara Municipal:

- O início do procedimento de revisão ao Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação em Imóveis Localizados na Área de Intervenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico da Vila de Palmela (FIMOC), com vista a assegurar, no âmbito da respetiva preparação, a participação e constituição como interessados e apresentação de contributos;
- Determinar que podem constituir-se como interessados, todos aqueles que, nos termos do n.º 1 do artigo 68.º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins;
- Que os interessados podem constituir-se como tal e apresentarem os seus contributos para a elaboração do projeto de revisão do Regulamento FIMOC, até 10 dias (úteis), após publicitação do início do procedimento, através de comunicação escrita que contenha nome completo, morada ou sede, profissão, número de identificação fiscal e o respetivo endereço de correio eletrónico e dando consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1 do artigo 112.º do CPA;
- Que a constituição como interessados e os contributos devem ser dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, endereçados ou entregues pessoalmente no Largo do Município – 2950-001 Palmela ou onde se efetue atendimento ao público ou por telefax ou correio eletrónico.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Prestação de Contas 2019.

PROPOSTA N.º DAFRH 01_15-20:

«A Prestação de Contas relativa ao ano económico de 2019, documento de execução financeira do Orçamento e Grandes Opções do Plano, foi elaborada de acordo com todas as obrigações legais aplicáveis e com o rigor e detalhe exigíveis para uma adequada compreensão dos resultados económicos e financeiros obtidos, bem como, das atividades desenvolvidas pelos serviços municipais no decurso do ano.

Em termos financeiros a Prestação de Contas 2019 reflete a consolidação da tendência de crescimento da receita municipal iniciada em 2015 (com uma ligeira quebra em 2016), e cujo ritmo e fundamentos se previram no «Relatório de Enquadramento da Política Orçamental», inscrito na Proposta de Orçamento 2019 e GOP 2019-2022, sendo o valor arrecadado no ano 2019 – cerca de 49,6 milhões – semelhante ao obtido no ano 2009, à data o valor mais alto desde 2003. O valor da receita sem as transferências do OE para comparticipação em investimentos, fundos comunitários e empréstimos, foi de 46,6 milhões, o valor mais alto desde 2003.

A receita média arrecadada no quadriénio 2016-2019 foi de 44,6 milhões de euros, ligeiramente inferior ao melhor quadriénio de sempre do município de Palmela, 2007-2010, com cerca de 45,4 milhões de euros de receita média. No entanto, sem as transferências do OE para comparticipação em investimentos, fundos comunitários e empréstimos, a média de receita deste quadriénio é o mais elevado desde 2003, com cerca de 43 milhões de euros na média dos últimos quatro anos.

Nas receitas próprias o IMT (+915 mil euros), a Derrama (+1,1 milhões de euros), as Taxas, Coimas e Penalidades (+200 mil euros) e as Transferências Correntes e Capital (+1,7 milhões de euros), apresentam um desempenho positivo em 2019. Em sentido inverso destaca-se a Venda de Bens e Serviços (-99 mil euros), os Impostos Indiretos (-304 mil euros), e o IMI (-94 mil euros).

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 24,3 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso (49%) do total da receita arrecadada. Em termos absolutos verificou-se um acréscimo de cerca de 2 milhões de euros, relativamente ao ano 2018.

Os Impostos Indiretos apresentam uma evolução negativa (-22,8%) em comparação com o valor arrecadado no ano 2018. O decréscimo registado (-304 mil euros) decorre em grande medida da diminuição das receitas com os loteamentos e obras promovidos por empresas, cerca de 307 mil euros.

As Taxas, Coimas e Penalidades apresentam um acréscimo de 22,7%, (+200 mil euros) em comparação com o valor de 2018.

Em termos orçamentais, na ótica de caixa, verificou-se uma receita de cerca de 49,6 milhões de euros e uma despesa de cerca de 48,8 milhões de euros, pelo que se obteve um saldo orçamental de cerca de +816 mil euros a que acresce o saldo transitado de 2018 no valor de cerca de 9,6 milhões de euros, transitando para 2020 um saldo de 10,4 milhões de euros.

A taxa de execução da receita situou-se nos 107,1%, sendo a segunda mais elevada de sempre.

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de 48,8 milhões de euros, mais 13,6% que no ano 2018, dos quais 27,9 milhões de euros afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputado às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 87,2%.

As despesas com pessoal, no valor de 19,3 milhões de euros, sofreram um acréscimo de 6,8% comparativamente com o ano anterior e remuneraram um total de 914 trabalhadores (mais 27 do que em 2018).

A Aquisição de Bens de Capital, registou um acréscimo significativo de 76,4% (em termos absolutos, +3,8 milhões de euros) o que representa o maior valor em termos absolutos no quadriénio (8,7 milhões de euros).

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços regista um total de pagamentos no valor de 14,2 milhões de euros. Comparativamente ao ano anterior, em 2019, diminuiu 1,2% (-167 mil euros).

As receitas correntes foram superiores às despesas correntes no respeito pelo cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental.

No final de 2019, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 1,537 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, correspondendo 1,365 milhões de euros ao valor das faturas em receção e conferência e o valor restante é referente a faturas cujo pagamento será efetuado nos prazos normais. Regista-se, assim, uma ligeira melhoria face aos valores existentes em 2018, que representavam um total de 1,549 milhões de euros.

À mesma data, estavam por receber de dívidas ao Município cerca de 9,1 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não é possível apurar com rigor. Assim, **propõe-se** que:

- Nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do documento de Prestação de Contas do Município, relativo ao ano económico de 2019, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal,

nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º do mesmo diploma, conjugado com o n.º 1 do art.º 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março;

- Nos termos do ponto 2.7.3.2 das considerações técnicas do Decreto-lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, os resultados líquidos obtidos no exercício económico, 2.207.369,50 euros, sejam transferidos para “Resultados Transitados”, e de acordo com o disposto no ponto 2.7.3.5 das referidas considerações técnicas, que se constitua o reforço da conta Reservas Legais em 5% do resultado líquido do exercício.»

Seguidamente, o **Sr. Presidente** faz a leitura da Introdução, cuja transcrição se reproduz na íntegra:

“A visão estratégica e a capacidade de planeamento e concretização das equipas municipais afirmaram-se no terreno, em 2019, com o lançamento e/ou conclusão de um elevado número de projetos, eventos e empreitadas que colocaram em evidência os valores locais, responderam a necessidades das populações e prepararam o Concelho para novos desafios, em áreas como a Educação, a Mobilidade ou o Ambiente. O arranque da Regularização da Ribeira da Salgueirinha e a entrada em funcionamento da Unidade de Saúde Familiar de Pinhal Novo sul, bem como outros processos em curso, confirmam a pertinência das diligências políticas e da postura de compromisso assumida junto da Administração Central, com vista à concretização de reivindicações antigas deste território. Um território que continuou a afirmar-se pela sua enorme diversidade e atratividade, pela gestão participada, envolvendo diferentes públicos e sensibilidades, e pelo modelo de trabalho em parceria.

A definição da nova estrutura orgânica, implementada em 2020, é reflexo do investimento na melhoria contínua, na otimização de fluxos e condições de trabalho e na qualificação do serviço público, para as quais concorrem, igualmente, a aquisição de equipamento de proteção e vestuário, a renovação do parque de máquinas e viaturas, a aposta na formação profissional específica e *on job* e o incremento na contratação de pessoal.

Com oito novas candidaturas aprovadas e outras oito submetidas, o Município continuou atento a todas as oportunidades de captação de fundos e a trabalhar, junto das entidades coordenadoras, para que a definição das prioridades de investimento do quadro 2030 se aproximem das necessidades reais das pessoas e dos territórios.

Novas medidas de apoio às famílias e de inclusão social, apoio à população idosa e promoção da intergeracionalidade, numa perspetiva de envelhecimento ativo e de educação ao longo da vida, com fortes ligações à comunidade educativa e ao combate ao insucesso escolar, um modelo de desenvolvimento económico assente nos recursos endógenos e comprometido com a eficiência energética, e o incremento das práticas participativas, em conexão com a Educação para a Cidadania e os Direitos Humanos, marcam a vida deste Concelho e são exemplos da forma como o Município atua, já, no seu quotidiano, em linha com os Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável 2030. Um desígnio que orientará o percurso futuro – e de Futuro – de Palmela.

QUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

O trabalho realizado por administração direta continua a assumir uma enorme importância no contexto da organização, de forma transversal. Em 2019, registou-se a inversão do ciclo de redução de trabalhadoras/es, através do incremento da contratação, tendo sido admitidas/os 46 novas/os funcionárias/os. A saúde ocupacional e promoção de hábitos de vida saudáveis junto das equipas motivou ações de rastreio e sensibilização, bem como uma nova fase do projeto “Mexa-se bem no trabalho” – uma das propostas das/os trabalhadoras/es implementadas por via da “Caixa de Ideias”.

No âmbito do projeto de participação cidadã “Eu Participo!”, foi desenvolvido trabalho junto de diversos públicos, ressaltando-se o incremento junto das crianças e adolescentes, com ações que extravasaram o contexto escolar, agindo sobre e com a comunidade. As Semanas das Freguesias tiveram um momento de avaliação e balanço em setembro que aprofundou o processo, e a relação com as Associações de Moradores continuou a reforçar-se, num reconhecimento do seu importante papel de mediação e dinamização local. As assembleias “Eu Participo!” para definição de prioridades de investimento continuaram a dar voz às populações e garantiram um número recorde de 1.632 inquéritos, que resultaram na inscrição de 20 novas ações no Orçamento e Grandes Opções do Plano.

Sempre na linha da frente do combate aos vários desafios, as Associações de Bombeiros do Concelho continuam a ser alvo de especial atenção do Município, com o apoio ao funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente e dos Grupos de Bombeiros Permanentes, à requalificação de quartéis, à formação, aos seguros das viaturas e ao investimento a perfazer um total de 544.758 euros. Noutra vertente, as campanhas de captação de voluntárias/os e sócias/os, a construção do “Regulamento de Concessão de Benefícios aos Bombeiros de Palmela” e as comemorações do Dia Municipal do Bombeiro contribuíram para valorizar o papel insubstituível dos Soldados da Paz. O Serviço Municipal de Proteção Civil representou o Município em múltiplas ações e estruturas de proteção e, através da Academia da Proteção Civil, continuou a sua missão de formar e sensibilizar.

DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO, SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO

A qualificação do parque escolar e a adaptação às novas práticas educativas são objetivos permanentes do Município, que concluiu e inaugurou, em 2019, as empreitadas de requalificação e ampliação das EB de Brejos do Assa e António Matos Fortuna (Quinta do Anjo), além de várias intervenções de beneficiação. Num ano marcado pela implementação do “Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar – Eu Conquisto o Meu Sucesso”, assente na capacitação e no reforço da relação entre escola, famílias e comunidade, a 25.ª edição do Fantasiarte continuou a afirmar este projeto de Educação pela Arte, que dinamizou 61

programas nos diversos níveis de ensino e congregou 5.250 participantes nas Festas de Encerramento. O Município alargou o programa “Aprender a Nadar” ao 2.º ano de escolaridade, ofereceu cadernos de atividades a cerca de 2.400 alunas/os do 1.º ciclo da rede pública e atribuiu as primeiras Bolsas de Estudo no âmbito do novo Regulamento Municipal. Atividades como os Jogos Desportivos Escolares, o Corta-Mato Concelhio e o “Aprender a Jogar” envolveram milhares de crianças e jovens, incentivando a prática desportiva e a adoção de estilos de vida saudáveis.

Na área social, deu-se continuidade a uma estratégia integrada de desenvolvimento social, afirmando o Concelho como território inclusivo e de todas as idades. O arranque do projeto PRIA – Percursos em Rede para a Inclusão Ativa, o Outubro Maior e a constituição da UNIV Sénior de Palmela são exemplos do trabalho com a população de idade maior, sempre numa perspetiva de Educação ao Longo da Vida, promoção das relações intergeracionais e incentivo ao *ageing in place*. O projeto-piloto “Cabaz Solidário” permitiu testar procedimentos para uma iniciativa mais alargada, a curto prazo, e vários fogos do parque habitacional municipal foram reabilitados para entrega, no âmbito do concurso público por classificação. Destaque, também, para a cedência de parte da EB Arraiados à Inovar Autismo – Associação de Cidadania e Inclusão para instalação de uma importante resposta social, e a atribuição de 36 mil euros em apoios às IPSS locais. Confirmando que é bom viver neste Concelho, o Município foi distinguido com o Prémio Inclusivo E+ / *Network for the Role Models* e, uma vez mais, com o título de Autarquia + Mais Familiarmente Responsável.

O incentivo à reabilitação urbana tem sido um objetivo do Município que, além das Áreas de Reabilitação Urbana e respetivas Operações de Reabilitação Urbana definidas para o Centro Histórico de Palmela e o núcleo mais antigo de Pinhal Novo, mantém o FIMOC – Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação e o Programa Municipal de Medidas de Incentivo para a Reabilitação de Prédios Urbanos no Concelho de Palmela, destinado aos núcleos urbanos mais antigos de Pinhal Novo, Quinta do Anjo, Poceirão e Águas de Moura. A promoção e esclarecimento sobre estes programas têm resultado num aumento consistente da dinâmica de reabilitação. Esta opção pela reabilitação e consolidação da malha urbana, em detrimento de nova construção, bem como a aposta na mobilidade suave e melhores acessibilidades, estão na génese da estratégia de desenvolvimento sustentável plasmada na proposta de revisão do Plano Diretor Municipal, que entrou na sua fase final. A conclusão de um conjunto de espaços exteriores – caso da Praceta João Coelho Possante ou dos logradouros das ruas 25 de Abril ou Infante D. Henrique, em Pinhal Novo – da segunda fase da Ecopista de Pinhal Novo ou da Ciclovía de Quinta do Anjo e a primeira fase de remodelação do Jardim José Maria dos Santos são, igualmente, exemplo desta estratégia.

No campo do Património Cultural, 2019 foi marcado pela celebração dos 30 anos da investigação sobre Ordens Militares, que incluiu a realização do VIII Encontro Internacional e a homenagem a investigadoras/es nacionais e internacionais. Destaque, também, para o curso

“Fortalezas da Expansão” no Dia dos Castelos e para a participação em iniciativas de âmbito nacional, fruto de projetos de investigação. A “Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Castelo de Palmela” continuou a progredir, com acompanhamento arqueológico que permitiu revelar um importante espólio e novo conhecimento sobre a ocupação do território.

A importância do processo de candidatura de Palmela à Rede das Cidades Criativas da Unesco, na área da Música, não ficou beliscada pela sua não-aceitação. O relatório final da Unesco sublinha, aliás, o valor deste património de trabalho e aponta caminho para uma candidatura futura, nomeadamente, com a sugestão do estabelecimento de parcerias internacionais. “Palmela é Música” - e continuará a sê-lo - e a definição de um Plano de Ação a quatro anos, com a rede local, reforça esta marca identitária. A realização do Concerto Solene “Palmela Conquista”, do Festival Internacional de Saxofones de Palmela e do Festival Internacional de Música - Palmela “Terra de Cultura” ou dos Encontros de Cante Alentejano e de Ranchos Folclóricos são exemplos desta rede intrínseca de música e de músicos. O X FIG – Festival Internacional de Gigantes foi sinónimo de três dias de sonho, festa e celebração da cultura tradicional e, a propósito do seu cruzamento com a música, foi produzida a exposição “Paisagem Sonora – A Gaita de Fole”. É, ainda, de sublinhar a 1.ª Coletiva de Artistas Plásticos de Palmela, que registou enorme interesse e terá continuidade. O aumento do número de presenças nos equipamentos culturais, o dinamismo das associações e estruturas culturais locais e a forte expressão das festas e iniciativas de cariz comunitário são bons indicadores da pujante vida cultural do Concelho.

A oferta formativa do programa “Formação para a Comunidade” continuou a expandir-se, procurando ir ao encontro das necessidades e interesses da população, e a Rede Municipal de Bibliotecas Públicas manteve uma programação diversificada para os vários públicos, incentivando à leitura, à criatividade e à partilha, para que as Bibliotecas sejam cada vez mais vividas e parte do quotidiano. Em Palmela, a iniciativa “Biblioteca no Jardim” criou um novo espaço de leitura e lazer para as/os utilizadoras/es.

Na Juventude, a formação e o voluntariado foram áreas de trabalho determinantes, destacando-se a iniciativa “*Palmela Spring Camp*”, que proporcionou uma experiência enriquecedora a um grupo de crianças palestinas, com um programa de atividades lúdicas e desportivas e do intercâmbio cultural. Os programas de ocupação das férias letivas continuam a ser momentos felizes de socialização e descoberta de novas capacidades e interesses e um importante apoio para as famílias. Na sua 24.ª edição, o “Março a Partir” registou cerca de 4.800 participantes e manteve o seu papel enquanto Escola de Participação, acompanhando grupos informais e associações juvenis no seu processo de crescimento e construção de projeto.

A prática desportiva está, cada vez mais, interiorizada nos hábitos da população e concorre para uma vida equilibrada e saudável. Em conjunto com os clubes, associações e grupos informais, o Município tem apostado no incremento das atividades, para a dinamização de quadros competitivos e promoção das modalidades, bem como para a atratividade do Concelho. Dentro dos Programas de Desenvolvimento Desportivo, registam crescente interesse o Atletismo e o Ciclismo, a que não serão alheios eventos como o *Palmela Run*, o *Pinhal Novo Night Run* ou as primeiras edições do *Palmela Trail* e da São Silvestre Trilhos da Marateca, bem como a Clássica da Arrábida ou a Granfondo. A 6.ª edição dos Jogos do Futuro da Região de Setúbal reuniu cerca de 3 mil jovens do distrito numa grande festa do Desporto Escolar, cabendo a Palmela o acolhimento e organização das provas de Judo e Orientação. A obra de requalificação do antigo Polidesportivo de Poceirão, que passará a pavilhão multifuncional, arrancou no final do ano e o Município requalificou, também, o Polidesportivo Municipal 1.º de Maio, em Pinhal Novo. No âmbito de um vasto programa de reparação e conservação de Espaços de Jogo e Recreio, são de destacar as intervenções no Jardim Ferreira da Costa (Pinhal Novo) e Bairro Popular (Águas de Moura), bem como no Jardim do Bairro Padre Nabeto, onde além do pavimento, foram instalados novos equipamentos no EJR e uma estação de *Street Workout*.

QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

Ao longo do presente mandato, o Município tem apostado na requalificação da extensa rede viária municipal e 2019 não foi exceção, com um conjunto de obras marcantes: a primeira fase do HUB10 – Plataforma Humanizada de Conexão Territorial, em Vila Amélia, novas pavimentações nas ruas Nova do Vale (Águas de Moura), Luís de Camões, das Flores e dos Lusíadas (Lagoinha), Brejos de Carreteiros (Olhos de Água), Constantino Loureiro (Poceirão, 2.ª fase), 1.º de Maio (Cajados, prolongamento), da Escola/Estrada do Gado (Quinta do Anjo), Aceiro do Marcolino (Pinhal Novo) e Travessa 9 de Março (Cajados), e a repavimentação da Rua D. Maria Helena Rosa Cardoso (Palmela) e de mais um troço da E.M. 533 (Lagameças). Sublinha-se o trabalho realizado por administração direta, desde a execução de calçadas à limpeza de bermas, entre muitas outras.

A entrada em vigor na Área Metropolitana de Lisboa (AML), a 1 de abril, do Passe Navegante originou um novo paradigma na mobilidade, com impacto significativo nas finanças das famílias e na sua qualidade de vida. O Município participou a concretização deste passe e o reforço do serviço de transporte rodoviário em 1.256.620,00€. Paralelamente, deu-se continuidade à preparação do concurso internacional para a aquisição do serviço público de transporte rodoviário de passageiros, prevendo-se um crescimento dos serviços superior a 40%.

No ano em que a AML, em colaboração com os municípios, concluiu o Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas, seguindo-se a implementação dos Planos Municipais, Palmela continuou a trabalhar em múltiplas campanhas de Educação Ambiental e a apostar na

defesa das espécies autóctones, com várias ações de plantação. No campo do bem-estar animal, foram instalados três abrigos para gatos, integrados no projeto "Animais na Comunidade". O início da empreitada de Regularização da Ribeira da Salgueirinha é um marco histórico para o Concelho, depois de mais de duas décadas de reivindicação, constituindo-se como obra de grande envergadura e impacto na melhoria da qualidade de vida das populações e na salvaguarda ambiental.

A ampliação e remodelação das redes de água de abastecimento são um objetivo permanente do Município, tendo-se concluído importantes intervenções nas ruas dos Lusíadas e da Figueira (Lagoinha), dos Combatentes da Grande Guerra (Pinhal Novo), António Pereira Roldão (Poceirão), 1.º de Maio (Águas de Moura) João de Deus (Cabanas) e Estrada dos Canórios (Quinta do Anjo). Do mesmo modo, nas águas residuais domésticas, há a registar novas redes na Rua do Montinhoso, Rua das Amendoeiras e Aceiro do Marcolino (Pinhal Novo), em Brejos do Assa e na Rua Santa Rafaela Maria (Palmela). Destaque, ainda, para o prolongamento da rede de drenagem pluvial na Rua D. Francisco de Almeida (Pinhal Novo).

O aumento da quantidade de resíduos sólidos bem como dos monos, verdes e outros resíduos indevidamente depositados na via pública, obrigou a um reforço da prestação de serviços que, em conjunto com as ações de sensibilização e fiscalização resultou, já, numa visível mudança de comportamentos, tendo-se recolhido mais 119 toneladas de RSU dos contentores do que em 2018. O reforço do parque de contentores de recolha seletiva por parte da Amarsul, apesar dos problemas iniciais, resultou num importante aumento da recolha de resíduos valorizáveis (+ 271,77 toneladas). Destaque, igualmente, para as perto de 17 mil toneladas de monos e resíduos de limpeza das ruas recolhidas em 2019.

A eficiência energética continua a ser um objetivo transversal da Autarquia, quer ao nível da iluminação pública, quer internamente, sendo de sublinhar a substituição de luminárias tradicionais por LED em 12 escolas e o desenvolvimento de vários projetos para edifícios e equipamentos municipais. A aposta na implementação de energias renováveis no Concelho tem passado, também, pela atração e fixação de investimento privado. As várias centrais solares fotovoltaicas instaladas ou previstas fazem de Palmela um Concelho de referência na energia verde e representam uma redução na ordem dos 23% nas emissões totais de dióxido de carbono (face a 2008 – indicadores Plano de Ação para a Energia Sustentável de Palmela).

TURISMO E ECONOMIA LOCAL

Uma estratégia sólida e sustentável de desenvolvimento turístico deve assentar em valores reais do território, que garantam experiências marcantes pelo seu carácter genuíno e de imersão na realidade local. A enorme diversidade do Concelho é uma mais-valia que o Município tem procurado explorar, oferecendo propostas autênticas, alicerçadas nos produtos endógenos de excelente qualidade, na beleza e multiplicidade da paisagem, numa herança cultural milenar e na forte rede de parcerias. À atração de visitantes e turistas ao Concelho – tendo-se registado

cerca de 100 mil dormidas – o Município associou uma forte campanha de promoção em certames nacionais e internacionais do setor. Além da BTL, da Mostra de Silves – Capital da Laranja, da Observanatura, da Feira Nacional de Agricultura ou do Festival Nacional de Gastronomia de Santarém (que teve um Dia de Palmela), a presença, pela primeira vez, na Feira Ibérica de Turismo, na Guarda, ou na *Fête des Vendanges de Montmartre*, em Paris, em pavilhão próprio, exponenciou os contactos com mercados externos e a visibilidade internacional de Palmela e dos seus produtos.

Reconhecido como território de inovação e empreendedorismo, o Município foi escolhido para receber o lançamento nacional do programa “*Tourism Up & Taste Up*”, bem como uma oficina do seu *Roadshow*, e acolheu, igualmente, a apresentação de resultados do projeto de investigação “*Tourfly*, inovação e futuro: contributos para o desenho da oferta turística na Área Metropolitana de Lisboa”.

Iniciativas de referência como a Feira Medieval de Palmela, o *Palmela Wine Jazz*, o Fórum Turismo, a 25.ª edição do Festival Queijo, Pão e Vinho ou a Mostra de Vinhos de Fernando Pó, que registou afluência acima da média, continuaram a trilhar o seu caminho de sucesso e a colocar em evidência produtos e valores, e o programa “Viva o Natal em Palmela” estreou um novo formato que reforçou a sua atratividade. A Maçã Riscadinha de Palmela foi rainha na primeira edição de uma iniciativa no Castelo, que demonstrou toda a versatilidade do produto, e em Águas de Moura, a primeira fase do projeto integrado de dinamização da Baixa Comercial foi implementada, destacando-se a campanha de divulgação, as ações de formação, os suportes informativos e o início dos “Mercadinhos d’A Moura”.

O trabalho desenvolvido em conjunto com o grupo *Français-Setúbal* tem contribuído para a promoção de Palmela no mercado turístico e imobiliário francês e para a criação de laços com a comunidade franco-portuguesa a residir em Palmela e na região. Os eventos organizados têm aberto oportunidades de negócio e parceria, e a realização de uma ação de formação em língua portuguesa para residentes francófonos/os reforçou a comunicação e a ligação afetiva.

Parcerias com entidades como o IAPMEI, a AICEP ou a AIP (com quem foi celebrado um protocolo para adesão à EEN – *Enterprise Europe Network*) ou, no setor vitivinícola, a Associação de Municípios Portugueses do Vinho ou a Rede Europeia das Cidades do Vinho (cujos órgãos sociais o Município integra), a Associação das Rotas de Vinho de Portugal ou a Associação Internacional de Enoturismo, continuaram a revelar-se estratégicas no apoio às empresas, num contexto global cada vez mais competitivo e desafiante.

Com 38 projetos apoiados e 50 empresas, o programa de responsabilidade social “Mecenas de Palmela” tem vindo a crescer, anualmente, e angariou, em 2019, mais de 150 mil euros para apoio de projetos e ações, naquele que foi o melhor resultado até à data.

Em resumo, procura-se, com este descritivo, valorizar o esforço da estrutura municipal na prossecução dos objetivos definidos e na qualificação do serviço público prestado e sublinhar

importantes concretizações, que marcaram 2019. Se o investimento público foi motor de desenvolvimento económico e social, também o conjunto de políticas sociais ativas e transversais à atividade municipal, reconhecidas por várias entidades, contribuíram decisivamente para um território com maior qualidade de vida, mais equilibrado, sustentável e feliz.

ANÁLISE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

As receitas arrecadadas, cerca de 49,6 milhões de euros, correspondem ao valor mais alto do quadriénio 2016/2019 e apresentam uma taxa de execução de 107,1 %, a segunda mais elevada desde 2009. Comparativamente a 2016, as receitas aumentaram cerca de 9,1 milhões de euros.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 24,3 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 49% do total da receita arrecadada.

Os Impostos Indiretos apresentam uma evolução negativa (-22,8%) em comparação com o valor arrecadado no ano 2018. O decréscimo registado (-304 mil euros) decorre em grande medida da diminuição das receitas com os loteamentos e obras promovidos por empresas, cerca de 307 mil euros.

As Taxas, Coimas e Penalidades apresentam um acréscimo de 22,7%, (+200 mil euros) em comparação com o valor de 2018.

A Venda de Bens e Serviços Correntes apresenta uma ligeira diminuição de 1% (-99 mil euros), resultante, no essencial, da receita proveniente dos serviços auxiliares de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos (-80 mil euros) e dos transportes escolares (-66 mil euros); em sentido inverso temos a receita da faturação da água e respetivas tarifas associadas (saneamento e resíduos sólidos) (+106 mil euros).

As Transferências Correntes apresentam um acréscimo de 6,9% (+602 mil euros). Esta evolução resulta, no fundamental, do aumento das transferências de verbas para a área da educação (+238 mil euros), e das Transferências Correntes do Orçamento de Estado (+412 mil euros).

As Transferências de Capital apresentam um acréscimo de 69,7% (+1,1 milhões de euros). Para esta situação contribuiu o valor recebido das obras financiadas pelo Portugal 2020 (+1 milhão de euros).

Em 2019 foi recebido 850 mil euros proveniente da utilização do empréstimo de médio e longo prazo (Passivos Financeiros), enquanto que em 2018 foram recebidos cerca de 998 mil euros.

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de 48,8 milhões de euros, mais 13,6% que no ano 2018, dos quais 27,9 milhões de euros afetos diretamente às Grandes

Opções do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 87,2%.

O grau de eficiência pode ser medido através da capacidade de realizar os objetivos ao menor custo, o que se obtém através da relação entre a despesa associada às GOP e a despesa total. Este indicador sofreu uma ligeira deterioração entre 2016 e 2017, mas apresenta uma melhoria nos últimos dois anos, apresentando, em 2019, uma taxa de 57,2% o que significa que mais de metade do valor da despesa total paga, é imputada diretamente às Grandes Opções do Plano.

Por outro lado, a produtividade pode ser medida através do rácio entre as despesas com as GOP e os meios consumidos com os seus trabalhadores/as. Este indicador também apresenta uma evolução muito positiva no quadriénio em apreço: passou de 126,8% em 2016, para 144,7% em 2019, isto é, por cada 100 euros gastos em pessoal em 2019, foram gastos 144 euros em atividades e investimentos do município, enquanto que em 2016, por cada 100 euros gastos em pessoal, foram despendidos cerca de 127 euros.

As despesas com pessoal registam em 2019, comparativamente ao ano anterior, um acréscimo de 1,2 milhões de euros (+6,8%). Este aumento é resultante da aplicação de disposições legais tais como a atualização dos vencimentos das/os trabalhadoras/os (RMMG – retribuição mínima mensal garantida), descongelamento das progressões e trabalho extraordinário e do aumento do número de trabalhadores.

A Aquisição de Bens de Capital, registou um acréscimo significativo de 76,4% (em termos absolutos, +3,8 milhões de euros) o que representa o melhor valor em termos absolutos no quadriénio (8,7 milhões de euros).

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, com pagamentos no valor de 14,2 milhões de euros, comparativamente ao ano 2018, diminuiu 1,2% em 2019 (-167 mil euros).

As receitas correntes foram superiores às despesas correntes, dando cumprimento ao princípio do equilíbrio orçamental.

No final de 2019, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 1,537 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, correspondendo 1,365 milhões de euros ao valor das faturas em receção e conferência e o valor restante é referente a faturas cujo pagamento será efetuado nos prazos normais. Regista-se, assim, uma ligeira melhoria face aos valores existentes em 2018, que representavam um total de 1,549 milhões de euros.

À mesma data, estavam por receber de dívidas ao Município cerca de 9,1 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não é possível apurar com rigor.”

Sobre a proposta de Prestação de Contas 2019, numerada DAFRH 01_15-20, intervêm:

O **Sr. Presidente** sublinha dois ou três aspetos relacionados com o capítulo da execução orçamental, sobretudo para o crescimento do volume do investimento, hou bens de capital e investimentos na ordem de 8,4 milhões de euros, mais 3,8 milhões do que no ano anterior, portanto, é um indicador importante. Realça a excelente capacidade de endividamento, com o capital em dívida mais baixo dos anos em que houve préstimos mais substantivos, 9.008.700€, portanto, menos 10,5% que no ano anterior e chama a atenção que o capital em dívida é referente aos empréstimos que são feitos para investimento. O Município pode ir muito mais além como uma margem de endividamento de 10 milhões, não há pagamentos em atraso, nas dívidas a fornecedores o valor de 1.365.000€ corresponde a faturas em conferência, portanto, não são dívidas, até porque a dívida é zero e depois, há aqui um aspeto importante no equilíbrio económico-financeiro que é a capacidade de auto financiamento para o investimento, ou seja, o autofinanciamento no investimento também aumenta a média no quadriénio, passam a ter 69,1% em fundos próprios da Autarquia no próprio investimento. Os desvios de execução física e na execução financeira de alguns investimentos, refere-se a um conjunto de empreitadas em que várias vezes os concursos ficaram desertos, há um conjunto de outras empreitadas que por questões com a EDP, com a Infraestruturas de Portugal, com pareceres da DGPC arrastam-se, há também dificuldade em encontrar empresas com capacidade e com um volume de obras públicas que respondam. Mas, ainda assim foi um ano em que se fez muito mais investimento e que concretizou-se muito mais.

Em relação a outros aspetos, destaca o facto de acertar muito na expectativa da receita, ultrapassando em 7 pontos decimais a percentagem de execução da receita e na despesa, 87,2% que reflete uma excelente média, poderia ter ido aos 90%, mas não é preciso, aliás, a revisão foi feita em novembro e, comparativamente com outros municípios da Península de Setúbal e da Área Metropolitana de Lisboa, uma execução nesta ordem de grandeza, é uma execução de muito boa e acima até de outras registadas em concelhos como Amadora, Cascais, Vila Franca de Xira que andam à volta dos 70%.

Na questão do equilíbrio orçamental, na página 244, a distribuição do peso das funções gerais, sociais, económicas e outras, mas sobretudo as funções sociais continuam a ser as mais significativas com 60,20%, as gerais com 12,57%, as económicas com 18,6% e outras com 9,17%. Portanto, o resultado líquido que se propõe é transferir para os resultados transitados com o reforço dos 5% das reservas legais obrigatórias. Na questão do serviço da dívida, os encargos com o serviço da dívida, com juros e também com o facto de haver mais capital, passou de 0,7% para 0,3%, houve também uma redução muito significativa que, do ponto de vista económico e financeiro não é propriamente algum otimismo, porque com aquilo que está para vir, porque já se está a senti uma redução da receita este ano, verifica-se uma retração, mas ao fechar 2019 e ao entrar em 2020, até com o salto que vai alavancar agora este conjunto de investimentos que felizmente já estão em concurso ou outros no terreno, a expectativa é que possa continuar esta trajetória neste quadriénio e espera-se que os impactos

que se vão fazer sentir este ano e no próximo, mesmo assim, possam ser acomodados pela almofada que conseguiram nesta transição, com algum saldo positivo, sem reduzir a capacidade de trabalho e a capacidade de investimento.

Relativamente à situação de haver uma dívida 9,1 milhões de euros para com o município, considera que trata-se de circunstâncias relacionadas com a legislação que o país tem e admite que ficou muito atrapalhado com isto, mas conseguiu ter dos serviços uma informação que é pertinente para todos perceberem o que se passa. Por exemplo, com a EDP, com a Setgás e com mais alguns operadores de subsolo, o município tem litígios em tribunal, alguns desde 2012 e que estão em dívida com o município num valor que ronda os 4.100 mil euros. Também as dívidas das águas que, vão para execução fiscal e que não se consegue cobrar nos tribunais, tudo junto, rondam os 2 milhões. Há dívidas de publicidade, de loteamentos e obras, porque ainda existem loteamentos com uma série de anos que não pagaram as taxas e também outras questões de rendas e alugueres. Portanto, está tudo contabilizado como estando em dívida, mas não significa que estes 9 milhões totalmente incobráveis, porque alguns vão ser cobrados no 1º trimestre deste ano, aliás já terão sido cobrados e, outros que espera que os tribunais decidam a favor do município, o que até à data tem acontecido. São empresas poderosas, têm recursos e recursos, mas acha que já chegou ao fim da linha, alguém tem de decidir, porque este dinheiro faz muita falta. Depois também se registam dívidas no pagamento das senhas de refeições e transporte escolar, porque, de facto, registam dívidas no transporte escolar à volta dos 41 mil euros e nas refeições escolares e atividades socioeducativas à volta dos 47 mil euros.

No fundamental, dá os parabéns aos serviços municipais, que perante estas circunstâncias, conseguiram apresentar em documento muito exaustivo, rigoroso e transparente que permite a toda a vereação escrutinar.

O **Sr. Vereador José Calado** recorda a Lei número 24/98 de 26 de maio que aprova o estatuto de oposição no que concerne à titularidade, na qual o artigo 3 da titularidade do direito de oposição refere que é reconhecida aos grupos de cidadãos eleitores, como tal estejam representados em qualquer órgão autárquico nos termos dos números anteriores, cita o artigo 4 e o direito à informação, os titulares do direito de oposição têm o direito de ser informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade. O número 2 desse artigo diz que as informações devem ser prestadas diretamente e, em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativas dos partidos políticos e demais titulares do direito de oposição. Em suma, esta explanação serve para recordar que mesmo não tendo pelouros atribuídos, foram eleitos, logo devem e querem ser informados dos resultados de todos os atos inspetivos que esta autarquia seja alvo. Já tinha sido solicitado pela sua colega do MIM, o resultado da inspeção ocorrida de janeiro a setembro de 2018 do Instituto Geral de Finanças, o resultado dessa auditoria levada a cabo na empresa municipal também na altura da Palmela

Desporto. Refere que o Sr. Presidente sempre disse nas reuniões que iria facultar a informação, e o MIM solicitou essa informação há cerca de um ano, por isso aproveita esta oportunidade para recordar que a oposição tem direitos na lei e que deviam ser fornecidos a tempo e horas.

Em relação à prestação de contas, efetivamente em 2019, registou-se o valor mais alto do quadriénio e confirma-se um aumento significativo de receitas provenientes dos impostos diretos e das transferências. Os impostos indiretos, também tiveram o segundo valor mais elevado dos 4 anos em análise. Pode-se dizer que os ventos correram a favor deste orçamento, mas o MIM teria outras prioridades, mas naturalmente que respeita as prioridades da CDU neste orçamento. Porém, refere que o urbanismo refletiu um decréscimo e considera que deveriam pensar seriamente nesse decréscimo e na razão que o levou a acontecer, visto que a parte imobiliária está num desenvolvimento, não sabe se vai parar nos próximos meses, mas até à data tem tido um grande desenvolvimento e, por isso questiona porque é que o urbanismo teve um decréscimo nas receitas.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** cumprimenta os presentes e refere que é um excelente documento, é exaustivo, pormenorizado, transparente e todos estão de parabéns. O PS tem tido o cuidado, ao longo deste mandato, realizar sempre uma análise, não só política relativamente às opções que têm vindo a ser tomadas pela maioria, mas igualmente uma análise técnica à prestação de contas que são apresentadas anualmente, porque consideram que é necessário, senão fundamental, entender os documentos financeiros e, acima de tudo perceber onde se centram as prioridades de atuação. Todos os anos o PS tem questionado tecnicamente, o porquê das oscilações que vão ocorrendo ano após ano e analisam as rubricas das demonstrações e resultados, focando as atenções nas rubricas, como custos e perdas extraordinárias, proveitos extraordinários, provisões do exercício, porque sabem que aqui centram-se as maiores oscilações entre anos, fora daquilo que é normalmente conhecido como o funcionamento operacional da autarquia. Verificam, ano após ano, um cuidado enorme em apresentar um equilíbrio financeiro e, em cada ano, também apresentam uma inquietação relativamente a este equilíbrio, obviamente que não é a questão do equilíbrio financeiro que faz levantar qualquer questão, mas é difícil observar anualmente que a receita aumenta exponencialmente e este ano não foi exceção, com o aumento exponencial de 7,3% na receita, muita desta receita também é proveniente do aumento das transferências do Estado que, todos os anos, têm vindo a aumentar, mas que não é comparável ao crescimento da despesa e que a despesa vem situando-se sempre em percentagens muito abaixo da receita, este ano vai nos 4,9%. Por isso, o PS manifesta inquietação pela fixidez de investimento que se tem observado ao longo destes 3 anos, porque há muito para fazer no concelho e não se faz porque não se quer, já que a verba existe e está excedentária. E, prevendo a resposta que vai ser dada, porque sabem que vai ser dito que há investimento e que tem sido feito muito investimento, mas esse investimento tem sido, em grande parte, suportado por apoios comunitários e respondem que sim, acreditam e ficam muito contentes, porque as políticas centrais e as

políticas europeias existem para isso mesmo e que vão contribuir para o desenvolvimento territorial, mas se essa verba existe e está a ser canalizada, continuam com algum excedente que pode ser investido, mas, para investir com base num projeto estratégico municipal melhorando a qualidade de vida da população e aqui o PS considera que existe uma falha grave ao nível da autarquia, neste planeamento estratégico que não se consegue observar.

No relatório que apresentaram e, é com factos que está aqui a falar, os indicadores que têm em vista a medição do nível dos resultados obtidos na atividade municipal, os rácios de natureza financeira que são apresentados no relatório, a percentagem de investimento, a autarquia face às receitas, é de apenas 17,5%, que vem justificar tudo aquilo que acabou de referir, e quando se centram na análise das Grandes Opções do Plano, a preocupação do PS cresce e cresce ainda mais e, vai repetir aquilo que o PS tem dito ao longo destes 3 anos, porque há setores que consideram que são de extrema importância para o bem-estar da população e que não estão a ser justamente agarrados pela autarquia, as funções sociais nas Grandes Opções do Plano que representa uma fatia de 60% da execução destas GOP, a segurança e ação social representam 0,34% do investimento. E, por isso questiona que trabalho social se faz num concelho com 0,34% de participação, ou seja pouco ou praticamente nada, porque é muito mais fácil, cada vez que surgem questões sociais e de intervenção que têm de ser feitas pela autarquia, o que observam por parte deste executivo é um empurrar constante para o Governo Central, porque é obrigação do Governo Central resolver os problemas e não um problema da autarquia e, lamentavelmente, é esta importância que tem sido dada a esta área, com a inexistência de medidas municipais de apoio social que não contribuem para a integração individual, familiar e comunitária da população que tem vindo a agudizar situações de vulnerabilidade económica, profissional e social. Na educação, os 24,67% de execução na área da educação é um bom indicador, porém, não fosse o facto de se tratar que grande parte desta percentagem estar toda focalizada em investimentos e conservação do parque escolar. Não há investimento diferente em projetos pedagógicos inovadores para o concelho e isso é visível nas escolas. Falam do Programa de Combate ao Insucesso Escolar que de facto existe, mas questiona que resultados existem relativamente a este programa, que impactos positivos e que este programa tem tido no concelho e nas escolas do concelho, aliás, o PS já perguntou mais do que uma vez e as respostas ainda não surgiram. Ainda há pouco tempo, tiveram um surto, infelizmente, e esta autarquia teve oportunidade de marcar a diferença e mostrar que realmente se preocupa com a situação socioeducativa e pedagógica e mais uma vez, empurrou para o Governo Central. Portanto, não há, de facto, inovação nenhuma nestas áreas e isso é visível no relatório que foi apresentado, sendo que os projetos que se perpetuam de um ano para o outro, com a exceção do PRIA, que é um projeto comunitário novo e inovador e que obviamente estão contentes que ele exista, os outros repetem-se. Em todas as outras áreas de atuação de maior relevância e reitera aqui a Violência de Género, a Igualdade de Género, Pessoa com deficiência e Ação Social, no fundo, aquelas atividades que podem enquadrar

dentro dos objetivos de desenvolvimento sustentável e que pouco ou nada, vêm refletido neste relatório, eles não existem e não há aqui nenhuns indicadores que permitam avaliar se existem se não.

Por fim, questiona uma situação muito específica, ou seja, verificou no relatório que a ADREPAL, a Artemrede e a AMPV ainda não apresentaram as contas relativas ao ano 2019 e, apesar de saber que há uma prerrogativa do Governo, para que as contas possam ser apresentadas até ao mês de junho, mas tendo a Câmara Municipal a participação ativa nestas organizações e que estes valores vão traduzir-se depois, na capacidade de endividamento da autarquia que está aqui refletido, pouco ou o muito, vão-se refletir, considera que poderia ter existido alguma sensibilização para que as contas já pudessem ter sido apresentadas porque, no fundo, estão aqui a analisar um quadro endividamento com valores de 2018, que pouco ou muito, não são os reais e é só essa a questão. Refere ainda que o PS irá abster-se nesta proposta.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e refere que quando se falou da responsabilidade e dos sinais que se deve dar, a CGTP vai fazer um cordão humano amanhã e é só para demonstrar a ideia de que a responsabilidade é necessária, numa altura em que não se quer ajuntamentos, mas há sempre há alguém que consegue dar exemplos.

O **Sr. Presidente** refere que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro pode ir ao espetáculo.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** responde que não foi

O **Sr. Presidente** diz ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro que pode ir.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que a legislação é o que é, mas como atores políticos e públicos, têm de dar exemplos e é só isso, bem sabe que os espetáculos e os ajuntamentos desse tipo não estão proibidos, mas são os exemplos que se devem dar. Depois não se queixem.

Em relação às contas de gerência de 2019, refere que não tem muitas diferenças daquilo que foi a conta de gerência de 2018, de 2017 e 2016. Cumprimenta, em 1º lugar, os serviços que fazem este explicar que, de facto, fizeram-no com rigor, mas em alguns aspetos deste documento, as comparações não são sempre iguais, pois quando dá jeito faz-se uma comparação com o orçamento inicial; quando dá jeito, faz-se uma comparação com o orçamento final e quando dá jeito até se faz uma comparação com a execução de 2018 e quando dá jeito até se fazem comparações com 2009. Portanto, os números são reais, mas nem sempre as comparações são iguais, porque faria sentido para terem uma forma mais clara e mais transparente de olhar para a mesma coisa, poderem fazer uma avaliação sempre com os mesmos dados. Se vão avaliar, face à execução de 2018, então avaliam tudo face a execução de 2018, o vão fazer face ao orçamento, acha que é o mais legítimo olhar para aquilo que foi

prometido em 2019. Aliás, é sempre bom, o Sr. Presidente ler o que disse, quando apresentou o orçamento e depois dizer, comprometeu-se a fazer isto e isto e não fez isto e isto.

Quanto à receita executada, 49,6, mas em receita prevista 46,3. Portanto, se há algo que a autarquia executa bem é arrecadar receita, não há dúvida que arrecada sempre mais do que promete, fosse assim tão eficiente a gastar o dinheiro que tem em carteira e, de facto, não ouviam tanta gente a queixar-se com falta de investimento, falta de limpeza nos jardins e nas ruas, uma série de problemas que, ao longo do tempo, vem trazendo aqui, portanto, no que que se refere à receita, estão com uma execução de 107% e, mais uma vez fazem uma comparação com 2009, dizer que é a 2ª maior arrecadação desde 2009 e tem 9 milhões de receita a mais relativamente a 2016, portanto, está aqui uma série de itens diferentes para comparar. A verdade é que, na arrecadação de receita são eficientes, mas também é verdade que a maior parte dessa eficiência de arrecadação de receita provem dos impostos diretos que são arrecadados pelo Estado e pelas Finanças. Depois, têm aqui duas situações que também causam alguma perplexidade, nos impostos indiretos há uma evolução negativa com menos 304 mil euros daquilo que era previsto, mas de acordo com o que vem aqui plasmado no relatório, essa diminuição se deve a refeitas com loteamentos e com obras, por isso questiona porque é que isto aconteceu, se houve menos obras com menos pedidos de loteamento numa fase em que o concelho de Palmela e não só, voltou a ter investimento na área da construção civil, na área dos loteamentos, na área das obras. Portanto, considera que tal aconteceu porque os serviços não dão a resposta adequada e enterram o investimento, ou seja, não há investimento porque a autarquia, em vez de ajudar, atrapalha e por outro lado, a autarquia tem aqui uma área que não atrapalha, aliás, tem uma eficiência inversa, que é cobrar taxas, multas e outras penalidades, que têm de ser cobradas se há prevaricação, mas, de facto, aqui são eficientes, porém já não são tão eficientes quando é para ajudar a economia e ajudar o investimento.

Na despesa, inicialmente estava prevista uma despesa de 52 milhões de euros e foi executado 48.788 milhões, menos 8% e só há uma área da despesa, neste lote dos grandes números da despesa que se regista um acréscimo, no subsídio de 600 mil, para 647 mil na Empresa Municipal Palmela Desporto, que foi o único que a autarquia foi além do que tinha previsto. Há baixa capacidade de investimento, previa-se o investimento de 14 milhões, realizaram-se 8.667.000 €. Nos rácios, regista que há uma subida do peso dos impostos diretos sobre a receita total, face à 49%, mais uma vez é o peso dos impostos e a capacidade que a Administração Central através da Autoridade Tributária e Aduaneira tem de aforrar, mas também mais uma vez se verifica que podia haver algum alívio no que se refere à questão do IRS. Ainda sobre estas matérias, há a questão que aqui várias vezes foi colocada relativamente aos rácios de eficácia, ou seja, mais uma vez há uma subida no rácio da receita recebida face à receita orçamentada, depois em relação à despesa paga face à despesa orçamentada, há uma ligeira descida face ao ano transato.

Depois, é nas Grandes Opções do Plano que se verifica as várias comparações que podem aqui fazer, portanto, quando aprovaram as GOP em 2019, o orçamento tinha previsto para 2019 que iriam gastar 39.960.000€, das quais 30 milhões já estavam definidos e 9.100.000€ ainda a definir. Refere ainda que achou alguma piada quando o Sr. Presidente referiu que poderiam mexer nas GOP para que a execução fosse mais ou menos, criticando outros por fazer isso e por isso achou que seria uma autocrítica, porque, se há coisa que têm certa, é que todos os meses há uma alteração ao orçamento e depois resultou que os 39 milhões que estavam previstos inicialmente nas GOP, 30 milhões que estavam definidos e 9 milhões a definir, no final do ano as GOP ficaram em 33.950.000€ e gastaram-se 27.893.000€, que face ao orçamento inicial, tiveram uma quebra de 10%, mas depois face às GOP finais, relativamente aos 30 milhões para aquilo que estava efetivamente definido, a dotação final dos 33.950.000€ há uma quebra de 21% relativamente àquilo que a autarquia se comprometeu a gastar relativamente às Grandes Opções do Plano. Portanto, houve uma boa execução e uma má execução, a boa execução foi na segurança e na ordem pública, na saúde, no saneamento e abastecimento de água, nos resíduos sólidos e depois, uma má execução, na segurança, na ação social, na habitação, no ordenamento do território, na cultura, no comércio e turismo que só tem uma tem uma execução de 37%, portanto, isto é o espelho daquilo que tem sido a execução, ao longo dos anos, com muita promessas e com muita propaganda que vão fazendo ao longo do processo de apresentação do orçamento para o ano em questão e depois quando se vai à verdade dos factos, não se verifica que essa promessa tenha sido concretizada. Aliás, acha curioso que, este ano, a autarquia tenha tido uma profusão de contactos, de divulgação, de informação que iria indiciar mais obra, mais atividade, mas, pelos vistos, aparentemente poderá ter indiciado mais propaganda, porque passou de contactos com órgãos de comunicação social locais de 2.903 para 4.300, regionais de 26.000 para 32.000 e nacionais de 52.000 para 76.000 e com órgãos de comunicação internacional para 32.000, portanto, também aqui aumentou.

Depois há um outro aspeto que referiu no ano passado, precisamente porque, quando falam aqui na questão do urbanismo, na questão dos loteamentos e das autorizações de obras, muito do que está aqui feito e não está feito, trata-se de uma questão de eficiência do parque informático obsoleto e de sistemas informáticos decadentes e, esperam sempre que aquilo que a autarquia quer gastar em software, aplicações informáticas, cumpra pelo menos, o que aqui referido, sendo que muitas vezes, o investimento que é feito, está sempre aquém, aliás, como se verificou agora com a questão da pandemia, a dificuldade que houve internamente em colocar algumas pessoas em teletrabalho, porque não tinham um parque informático capaz para responder às necessidades. Na aquisição de hardware, de 130.000 que estavam previstos, só se executaram 61.000, na manutenção de aplicações só 80.000 dos 140.000 que estavam previstos e, só há um aspeto que a execução não falha, no famigerado projeto da Península Digital, aí propõe-se 45.000 e gasta-se 44.100.

Relativamente à taxa de absentismo, há uma pequena subida de meio por cento, mas é uma ligeira subida e congratula-se com isso porque recorda ter chamado à atenção, principalmente em 2016, mas com a descida que tem havido da taxa de incidência dos acidentes de trabalho, o que é um bom sinal, não só dos cuidados que estão a ter relativamente a medicina e às questões da segurança e higiene no trabalho, como também aos cuidados que os trabalhadores estão a ter mais sobre esta matéria.

O **Sr. Presidente** agradece a intervenção do Sr. Vereador José Calado, que referiu que incorre num equívoco, não é que não esteja em sintonia sobre as questões da lei do direito à oposição, aliás nem seria necessário evocar, porque todos aqui a nós cumprem escrupulosamente e chama a atenção que a informação que a autarquia tem de apresentar relativamente às ações inspetivas consta na página 204 e estão todas, dos últimos anos, desde 2013 até à data. Depois, já respondeu diversas vezes que o município só pode dar a informação que tem, aliás, o município desconhece a inspeção, desconhece o resultado e, curiosamente, recentemente o Dr. José Alexandre fez um contacto em que já tinha também questionado porque não se sabia de nada e só por acaso tiveram conhecimento porque o inspetor chefe, o relator informou que estava de baixa por doença e, portanto, não disseram nada, não sabiam de nada e acrescenta que também têm todo o interesse em saber e não temem qualquer ação inspetiva, aliás, recorda que toda a vereação recebe um CD com tudo, não precisa de esperar que seja o Presidente da Câmara a dar as coisas, até porque a inspeção envia e automaticamente segue para conhecimento de todos/as os/as vereadores/as. Portanto, pode estar tranquilo que aqui não há nenhum incumprimento nem nenhuma ação de ocultar nada, nem é preciso fazer o apelo à Lei do Direito da Oposição, porque terá acesso à informação. Esclarece ainda que numa 1ª fase será enviada para os serviços para que estes possam fazer o seu contraditório, se houver alguma coisa a contraditar.

Depois em resposta ao Sr. Vereador José Calado que muito justamente, quando fez a leitura de alguns números possa deduzir questões de outra natureza, porque quando se fala da redução que, ainda assim é pouco substancial, em termos de milhares de euros, sobre as receitas de loteamentos e obras, não se espante com isso, porque não tem nada que ver com um menor trabalho e aprovação. Em relação às afirmações do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, irá responder de outra forma, porque apesar de lhe reconhecer alguma honestidade intelectual, acha que não está a ser justo. De facto, têm números no relatório que revelam muito mais trabalho na área do urbanismo, o resultado financeiro não significa que seja o resultado do trabalho. Basta, por exemplo, duas grandes empresas multinacionais, que têm processos em curso, não entregar os documentos por determinadas razões, aliás bastavam dois ou três alvarás de assuntos que não estão do lado do município, mas estão do lado dos grandes investimentos para ultrapassar, se calhar, 20 ou 30% da receita do ano anterior. Depois, as taxas da autarquia são muito mais baratas do que eram em anos anteriores, aliás, quando reduzem taxas na reabilitação urbana, isentam taxas, não se pode esperar que haja mais receita. Depois, para desmontar um pouco

esta ideia de causa e efeito, que a redução da receita está relacionada com uma menor eficiência do urbanismo, informa, até porque os números são públicos, que o urbanismo está a trabalhar muito mais e com menos pessoas, a produzir muito mais e que há problemas e entropias que já foram ultrapassadas, basta falar com alguns requerentes. Em 2014 estavam à volta de 663 novos processos por ano, em 2019 foram 1045, o número de requerimentos que entraram na área do urbanismo, que tinha em média 4116 em 2014, 4464 em 2015, 4829 em 2016, 5483 em 2017, 6390 em 2018 e 6937 em 2019, portanto, basta ler e que cruzar os dados. Está comprovado que no urbanismo, não obstante haver atrasos, a situação tem melhorado. Aliás, a resposta tem melhorado até com o teletrabalho, com o tal parque informático obsoleto que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro referiu, que, de facto, não tem a noção do que está a dizer relativamente a esta matéria, porque funcionou muito bem e quem já trabalhava muito, até trabalhou mais, portanto, estes dados são possíveis de retirar das informações da Assembleia Municipal, os dados são claríssimos e efetivamente nos anos 2018 e 2019, sentiu-se uma maior dinâmica urbanística e acha que, em 2020, apesar destes problemas do COVID e desta retração, com o número de processos que estão a sair neste momento, para o ano, possam estar a assistir a outros números. Do ponto de vista da execução da receita neste capítulo, há um outro aspeto que não podem utilizar de uma forma demagógica para tentar comprovar o que quer que seja, aliás, é preciso ter aqui alguma honestidade, e isto que têm estado a falar, sobretudo de licenciamento de obras de particulares e pequenas e médias empresas, pergunta onde é que há novos loteamentos no concelho, porque esta questão do imobiliário tem duas facetas, porque aquilo que têm são Comunicações Prévias. Não existem praticamente loteamentos novos e os que existem, estão quase concluídos e, infelizmente, teve de ser a autarquia a intervir. Portanto, não há loteamentos novos e sim, loteamentos antigos, felizmente, alguns com garantias bancárias e outros com dívidas à autarquia. Por isso, esclarece mais uma vez, que não vale a pena tentar fazer aqui uma política menos correta com esta matéria, porque de facto, reconhece que houve problemas, em particular, no ano passado, porque também aumentou o fluxo de requerimentos, mas que as situações, com a nova estrutura estão a tomar o seu caminho e isso nota-se de mês para mês e também com os números de requerimentos e de novos processos que são reveladores de que há muito mais trabalho.

Em relação à intervenção da Sra. Vereadora Mara Rebelo, refere que já não se surpreende com esse tipo de abordagem, podem ter algumas diferenças de opinião relativamente à forma de trabalhar no município, mas há questões que não podem continuar a ser analisadas e tratadas desta forma. Porque enquanto se basearem apenas nas pequenas percentagens, sem perceber como o classificador económico obriga a determinadas as despesas que são claramente investimento na área social, a não estar naquela classificação, mas a estar no classificador da educação, ou no classificador dos projetos da cultura ou desporto, que também é social, é uma grosseira manipulação dos números, aliás, podem dizer que se o PS esteve à frente da

autarquia poderia assumir todas as competências da Segurança Social, se calhar, como está na proposta do Governo do PS para passar tudo às autarquias, até podem fechar a Segurança Social, porque não vai fazer nada e fazer das autarquias uns meros balcões de atendimento e distribuidores, sem ter oportunidade de fazer política própria e apenas fazer aquilo que mandam fazer, atender e distribuir e RSI, fazer contratos de emprego e inserção. Enfim, se muito do trabalho que é feito pelas IPSS for assumido pelas autarquias, haverá certamente, algumas IPSS que vão ter de mandar gente embora ou fechar portas, mas isto fica para a discussão das competências que felizmente, essas e outras, vão ser empurradas para março de 2022. Mas, pede para que não se faça este tipo de interpretação grosseira, até porque muitas das ações, seja em que área for, que têm aspetos de valorização material e imaterial no território, seja no social, na cultura, no desporto ou em outra área qualquer, não são mensuráveis por indicadores de natureza orçamental. Acrescenta que há mais transferências do Orçamento Geral do Estado, mas mesmo assim, ainda não estão a cumprir com a Lei das Finanças Locais e isso é vergonhoso, mas é normal que haja, porque se o Estado arrecada mais impostos que tem de redistribuir com a autarquia, é muito normal que haja mais receita, mas do ponto de vista político, neste órgão que interessa para os municípios, era que percebessem que essa transferência mesmo que tenha aumentado, tem cada vez menos peso na estrutura da receita deste município, porque os municípios não são todos iguais, há municípios que vivem com as receitas do Orçamento Geral do Estado, quase nem precisam de ter impostos diretos, mas isso não acontece com este município, aliás, fórmula do Fundo de Coesão e a do Fundo Social Municipal são completamente diferentes. Portanto, é um facto que essa receita aumentou, mas o que era politicamente relevante, era valorizar o facto, porque não é crime arrecadar receita que é da autarquia por justiça, pelo que a questão de a autarquia ter tido uma excelente execução, depende de outros fatores que, se calhar, não havia tantos desvios, se deixassem meter aquilo que iriam receber de IMI, se não obrigassem a autarquia a fazer a média dos 24 meses, porque quando começam no orçamento inicial, ainda não se sabe o que se estima receber, poderiam pôr logo mais executado em vez de estar à espera da revisão, mas é preciso fazer a média dos últimos 24 meses, de outras receitas dos últimos 36 meses, portanto, a autarquia está logo condicionada à partida, isto só existe para a receita e não existe para a despesa. Refere que também era importante discutir estes aspetos, fazendo a comparação com outros municípios, que de uma maneira geral, todos os municípios desta zona, por causa do IMT, tiveram execuções orçamentais acima dos 100% e, até as execuções de concelhos do PS, como Mafra e outros, continuam, como Palmela, nos lugares cimeiros das melhores realizações execuções.

Relativamente à questão da fixidez do investimento e investimento por apoios, comunitários, esclarece a Sra. Vereadora Mara Rebelo que não se trata de nenhuma benesse, a verba que vem da Europa foi lá colocado por Portugal e depois apenas se recebe 50%, portanto, é lamentável que não valorize que a autarquia para avançar com tantas candidaturas tem de ter

também verba para isso, e ao receber 50%, os restantes terão de vir de empréstimos e, acha que é uma forma inteligente, na medida em que parecia mal que a autarquia tivesse capacidade de endividamento, a oportunidade de investimento e não se candidatasse só porque tinha de ser com fundos próprios e também nesta matéria, a Sra. Vereadora Mara Rebelo fez tábua rasa daquilo que foi referido, porque o autofinanciamento no investimento, cresce da parte do município na sua capacidade de investimento próprio, ou seja há 69,1% do investimento que é assegurado com receitas próprias, e revela que tem pena que não conheçam o que não tenham estado, por exemplo, a analisar documentos desta autarquia de outros anos, porque esse tipo de discurso do PS era precisamente, no outro sentido, mas ainda bem que esse discurso parou.

Relativamente às revisões, refere que já foi sobejamente explicado que por cada altura em que se fez uma revisão e não alterações, porque há atrasos nas candidaturas ou recandidaturas, aliás, há candidaturas que ainda não foram feitas e há avisos que ainda não saíram e, se calhar, algumas vão cair para dar origem a outros avisos. Explica que isso não é culpa do município e foi devidamente explicado, como por exemplo na empreitada da Ribeira da Salgueirinha e nas Encostas do Castelo. Portanto, de acordo com o posicionamento político, cada um pode fazer aqui várias análises dos números, mas pede que o façam com algum rigor, porque haverá certamente matérias que poderiam ter razão para apontar o dedo a uma menor com eficiência ou execução, mas há aqui questões com as quais não concorda, porque não faz qualquer sentido comparar a percentagem de investimento versus a receita, até porque é falacioso.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que não é falacioso, até porque é um rácio financeiro que faz parte do relatório.

O **Sr. Presidente** refere que é errado fazer essa leitura, porque são as regras de fazer este documento

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que é um rácio financeiro e não pode ser considerado falacioso.

O **Sr. Presidente** esclarece que falacioso é a forma de como a Sra. Vereadora Mara Rebelo utilizar isso do ponto de vista político, porque aquilo que se costuma comparar é quanto as autarquias recebem de transferências de capital e investem em bens de capital e, essa é que seria a análise correta, porque aquilo que fica comprovado com este orçamento, com esta prestação de contas, foi que o município poupou em despesas correntes, que só está visível quando se utilizam os dados que querem.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que os dados estão aqui.

O **Sr. Presidente** refere que estão a ser lidos de uma forma menos correta. Aconselha a Sra. Vereadora Mara Rebelo a informar-se relativamente à forma de explanar esses dados e,

naturalmente, com economistas e com pessoas da sua área política e de outras autarquias da sua área política, porque o que está aqui em causa, aquilo que deviam valorizar é que o município recebe, por exemplo, 9 milhões de transferências de capital, investe 20 ou recebeu 4 e investiu 8 e, isto é boa gestão, redirecionar dinheiro para investimento. Depois, sem dúvida que há desvios da execução, já explicou aqui quais foram as derrapagens e em que obras aconteceram, assim como também algumas das obras que não podiam ser lançadas sem os empréstimos contratualizados e aprovados sem os vistos do Tribunal de Contas e este é um problema que existe em todos os municípios. Reitera que, ainda assim a execução está ao nível das melhores, espera que venha de novo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses para perceberem aquilo que tem estado a dizer e se corresponde ou não à verdade.

Em relação à intervenção do Sr. Vereador de Paulo Ribeiro, refere que percebeu a sua linha de análise nesta matéria, aliás começa por elogiar os serviços e depois por, legitimamente, questionar a avaliação sempre com os mesmos dados, porque faz uma avaliação com o orçamento inicial, depois com o atual, enfim, é uma matéria puramente técnica e dos serviços e não tem expressão política nenhuma para fazer de outra forma, o documento tem uma estrutura, é um documento de referência, muito escarpado e mais aprofundado do que existe noutros municípios e tem vindo a sofrer aperfeiçoamentos, mas são aperfeiçoamentos para se tornar mais legível, mais rigoroso, mais objetivo e mais acessível à leitura de todos, pelo que não há aqui orientação nenhuma para fazer desta ou daquela maneira. Portanto, parece haver aqui alguma contradição, porque se o Sr. Vereador Paulo Ribeiro acha que está mal feito, se calhar, afinal, o documento não é assim tão bom, mas não tem qualquer instrução política para ser de outra forma. Relativamente às questões sociais, o Sr. Vereador Adilo Costa irá aprofundar, mas uma vez que foram aos indicadores e aos rácios, esclarece que os rácios orçamentais e económicos e nos rácios de natureza financeira, a generalidade deles são muito positivos e melhoraram e também estão aqui outros rácios que são determinantes e que até acabam por desmontar uma ou outra leitura que vai um pouco mais na tese da oposição que tem de fazer o seu papel, mas gostava que fosse um pouco mais construtiva, como, aliás, foi feita pelo Sr. Vereador José Calado do MIM. Portanto, relativamente aos rácios, por exemplo, o rácio do maior investimento por habitante é extremamente positivo, porque houve um aumento de investimento por habitante. O rácio de produtividade passa de 126,8 para 144,7 que se apura da seguinte forma: por cada 100 euros gastos em pessoal, foram gastos 144 euros em atividades e investimento. Portanto, ninguém é perfeito e ninguém executou tudo aquilo que queria, mas considera que não vale a pena contrariar as evidências. Cresce o investimento, cresce valor no território e, quando se fala aqui em objetivos na área social, igualdade de género ou de outra questão similar, quem estuda os indicadores de desenvolvimento são as entidades académicas e a autarquia sem quaisquer receios, submeteu-se a um estudo pela Universidade Católica e tem estado a contribuir e a aprender e, os indicadores que foram publicados no final do ano revelam que nessa matéria, a autarquia de Palmela, não só

melhorou, como está acima da média em relação a muitos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. Depois, não se pode dizer que não há repercussão social, inclusivamente, no domínio das disfunções sociais, porque há outros indicadores que já deviam estar equacionados, depois, também, os dados do desemprego que não foram aqueles que partilhou, porque aqueles dados foram tornados públicos no final de abril e, entretanto já tem os do final de maio e que, infelizmente estão a agravar-se. Quando o município tiver outras competências, tiver de fazer contratos de emprego e inserção, tratar do RSI diretamente do Instituto da Segurança Social ou não, quando o município tiver de ter dinheiro para fazer os atendimentos sociais e dar os apoios de emergência, quando tiver de dar os medicamentos e fazer aquilo que compete à Segurança Social, a autarquia irá ter um orçamento maior e obviamente nem vai chegar e vai ser executado a 100%, por causa do classificador económico não permitir que algumas despesas, que são o investimento na área social vão para esse indicador, como por exemplo, na área da saúde que tinha um peso muito pequeno nas funções sociais, precisamente porque eram as atribuições e competências do município na área da saúde, quando passou a ter 100% de execução ou quase 90%, porque o município passou a ter na saúde a obra da unidade saúde e aí sim, passou a ter 1 milhão para pagar, através dos fundos comunitários e da contratualização com a CCDR, para a ter de executar. Portanto, aceita todas as críticas ou insuficiências que possa haver, mas, mas quer sobretudo contribuir para uma análise mais justa de alguns indicadores, porque todos estão aqui de boa-fé para fazer o melhor que podem fazer pelo concelho e para cumprir.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que quando se fala nas competências da Administração Central e nas competências autárquicas, nomeadamente nas questões da saúde, área social e da Segurança Social é, sobretudo com o Governo, as autarquias são apenas os grandes facilitadores no território e houve oportunidade para avançar com o PRIA, a autarquia avançou porque teve uma oportunidade e mais, acrescenta que tem-se debatido na plataforma supraconcelhia para que volte a haver um PARES 2, e que infelizmente é uma das questões mais debatida e aceite por todas as autarquias, sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa, para se poder ajudar as IPSS. A Autarquia não tem problemas em avançar, mas realça que o Governo também tem de avançar e dá como exemplo o pavilhão desportivo de Palmela, em que a autarquia continua à espera. Ainda na área social, no apoio a famílias vítimas de violência doméstica, a autarquia tem um espaço no Monte Francisquinho, para os 3 municípios Sesimbra, Setúbal e Palmela, quer protocolar com a Secretaria de Estado da igualdade e continua à espera e não pode avançar sozinha, até porque o Estado central não pode ser um mero gestor e passar toda a responsabilidade para as autarquias de deveres que são universais e que não pode ser diferente no Minho ou no Algarve. Refere que muitas das reservas em relação à descentralização de competências, nomeadamente a última que saiu relativamente à área social e que a Associação Nacional de Municípios distribuiu para ser analisada é uma autêntica machadada nas IPSS e, espera que, para a semana, esta questão seja afluída, porque é

preciso que a Confederação das IPSS leia com atenção para poder tomar uma posição. Reitera que a autarquia de Palmela não é contra a descentralização de competências, mas tem de ser implementada com jeito, com tempo e com capacidade de realização para todos, agora as competências municipais, neste momento, são estas e acha que estão a fazer bem e até admite que o PS podia fazer diferente, contudo até à data, acha que a autarquia está a desempenhar bem, pois consegue fazer a ligação com toda a rede social e dá como exemplo recente esta questão do COVID, o Ministério da Saúde e, finalmente, começaram a falar do Serviço Nacional de Saúde com atenção e todos puderam ver o quão importante é o Serviço Nacional de Saúde que todos defendem e, neste luta contra a pandemia, foi quem tomou o lugar da frente e só algum tempo depois é que o Ministério da Segurança Social, aliás, recorda que até a Fundação COI enviou um ofício a alertar para isso, portanto, a autarquia de uma forma transversal fez a intervenção social através dos inúmeros projetos que tem na área. Os valores que aqui constam no relatório, seriam diferentes se, por exemplo, o Centro Social de Palmela não tivesse desistido da sua candidatura, por isso não podem pensar que enquanto não for competência da autarquia a percentagem seja a mesma que é para a área da Educação, com 24,67% nas funções sociais, que não pode. Depois, em relação à ação social nas escolas, mais uma vez reitera que está tudo ligado à descentralização de competências, e quando a Sra. Vereadora Mara Rebelo referiu que o município, no investimento do edificado vai mais além, mas informa que isso faz parte das competências atribuídas ao município e que está obrigado a fazer, mas ainda assim, não descarta as outras áreas, aliás pode consultar a página 298, onde consta 1,2 milhões de euros para o transporte escolar, que inclui a tal transversalidade, onde a autarquia está a colocar verba para o passe navegante metropolitano, para que as pessoas possam circular a preços acessíveis dentro da área metropolitana de Lisboa, que de uma forma transversal intervém na área social e outras. Depois, na atividade socioeducativa na escola, pergunta onde está uma Portaria do Governo com uma tabela a determinar que a autarquia tem de fazer "X", aliás a autarquia de Palmela tem feito esse "X" e sempre mais, nomeadamente na questão dos transportes e na ação social, onde o Estado Central determina uma meta e a autarquia vai muito mais além, abrangendo muito mais pessoas. Recorda que até na questão dos livros de apoio às crianças do 1.º ciclo, em que é permitido que possa haver anotações e outras questões relacionadas com o uso desses livros, até porque a autarquia decidiu que não é preciso devolver esses livros, mas, a partir do dia 26 os manuais do Ministério da Educação têm de ser devolvidos, os pais ou devolvem ou pagam e isso resume aqui o apoio social por parte do Ministério.

Em relação ao Plano de Combate ao Insucesso Escolar, esclarece que quem faz a avaliação é uma entidade externa e não a autarquia ou as escolas e, tem estado a fazer e vai ser entidade que vai avaliar se a autarquia e as escolas estão ou não a fazer bem, aliás pode vir até a corrigir situações que não estejam a correr bem, que é algo que tem de ser aferido e para

perceber melhor sobre esta questão, podem consultar as páginas 294 e 295 do presente documento.

O **Sr. Presidente** relativamente a algumas questões colocadas pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, clarifica que mesmo olhando para os números, é preciso complementar com a leitura da atividade a refere, por exemplo, na área do turismo, a execução ficou aquém do previsto, mas o município fez muito mais do que estava previsto e, financeiramente teve esse desvio, porque no turismo e atividade económica estava a candidatura da remodelação dos mercados municipais, que foi anunciada e que teve intervenções no mercado de Quinta do Anjo, no mercado do Pinhal Novo, sobretudo no mercado de produtores. A candidatura tem as suas limitações, até de natureza financeira e a autarquia está a fazer um investimento que é 3 vezes superior ao valor da candidatura, porque ao discutir com os utilizadores, a obra vai ter um resultado diferente, para melhor. Este é um dos exemplos em que o projeto demorou mais tempo a ser elaborado porque equacionaram mais situações que inicialmente não estavam previstas, como o sombreamento do espaço, tratamento dos resíduos com gares para o lixo, no cais de cargas e descargas, enfim, trata-se de uma obra mais completa e por isso demorou mais tempo e, como tal passou para o orçamento deste ano e, este é um exemplo, mas há muitos outros em outras obras, nomeadamente problemas com os concursos.

Depois, relativamente às taxas, multas e penalidades, enfim, a autarquia até tem de cobrar mais, mas a máquina fiscal e o tribunal não ajudam, aliás, quer aqui comprovar que este tipo de abordagem é mais uma vez, um equívoco. Se consultar a página 17 e perceber o que são taxa, multas e outras penalidades, pode observar que inclui taxas específicas, mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação de via, caniços, uso e porte de arma, multas e outras penalidades, juros de mora, juros compensatórios, enfim, houve um desvio mais positivo, mas não é significativo ser abordado desta forma. Onde efetivamente, há um desvio que merece explicação é, de facto, uma redução na entrada de taxas dos loteamentos e obras, de resto, se analisarem a contabilidade da forma como ela é organizada, analiticamente, não dá para fazer essa inferência e, muito menos, dizer que a autarquia é mais ágil a cobrar do que a executar. Também financeiramente, seria preferível arrecadar com mais agilidade, mas efetivamente, aquilo que se passa com as dívidas ao município, é exemplificativo, se metade deste valor já tivesse sido pago, se calhar, não seria necessário recorrer a alguns empréstimos.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que o PS está um pouco farto de dizer o mesmo, ou seja, em relação à educação e em relação aos projetos, quando refere que não há inovações, porque alguns têm corrido bem e outros estão a entrar na exaustão. Depois quem faz as dotações é a autarquia, o executivo municipal da CDU, o PS tem manifestado a sua posição dizendo nos momentos certos, qual o caminho ou caminhos que achava que se deveria percorrer. Portanto, o caminho que entretanto se fez, com mais ou menos variações, com mais ou menos capacidade de discussão, o objetivo em termos de concretização das questões que estão aqui plasmados nos quadros e gráficos, portanto, quando se faz uma dotação para a área

sócio educativa e pedagógica de 356.000€ e se faz uma execução de 58,70, enfim, é o que está apresentado nestes números e foi com base nisso que a Sra. Vereadora Mara Rebelo interveio e, há situações que concordam, mas há situações cuja visão política e de sociedade, projeto político que o PS defende, enfim, têm visões diferentes e opções diferentes. Em relação ao pavilhão, o PS teria uma opção diferente, até porque a autarquia fez-se parceria com o Ministério, mas considera que muito tarde, deveria tê-lo feito mais cedo, depois a questão com o Ministério das Finanças que também já devia estar despachado. Depois, em relação à dotação da habitação e urbanismo, está uma dotação de 630.000, com uma execução de 29 e, quando leem este extenso documento, em apenas 5 dias, para poder fazer uma análise mais objetiva, tenta fazer com os números que constam no documento, portanto, há aqui uma visão que já vem da discussão do orçamento que se transporta para a análise da apresentação das contas. Refere ainda que o PS tenta fazer uma análise do documento, até por uma questão de seriedade política, reconhecendo o esforço que feito na elaboração deste documento, portanto, ao analisar o documento com o maior aprofundamento possível, nas diferentes áreas, o PS está também, a reconhecer e a valorizar o trabalho dos técnicos e, essa é uma forma séria de fazer política, interpretar os números e dizer o que não concordam, porque é que não concordam e perguntar onde subsistem dúvidas, porque essa é a forma séria de fazer oposição. Portanto, o PS vai abster-se, porque existem aqui questões de opção que já foram definidas, até desde o Orçamento e que aqui voltam a aparecer quando estão a discutir a prestação de contas, pelo que, se calhar, o PS vai continuar até ao fim do mandato a debater muitas destas questões que possivelmente não vão ser resolvidas, porque isso não faz parte do ADN político da CDU e a CDU governa, cabe ao PS fazer oposição, desde que seja feita da forma como é habito fazer aqui em Palmela, de forma democrática, saudável, com divergências, mas positiva e, acha esse é o objetivo desta discussão. A oposição só pode discutir os números que são aqui apresentados e se o Sr. Presidente tem informações para além destas porque é Presidente da Câmara Municipal de Palmela, é normal, mas a posição do PS como oposição é analisar o documento que está disponível, transversalmente nos diversos setores.

Submetida a votação a proposta de Prestação de Contas 2019, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, e a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristovão, Pedro Taleço, Mara Rebelo e José Calado. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Apoio financeiro às Associações de Proteção dos Animais do Concelho de Palmela.

PROPOSTA N.º DASU_DSU 01_15-20:

«O objetivo do bem-estar animal é uma prioridade municipal e uma preocupação da sociedade em geral, que não se focaliza apenas em aspetos de saúde pública, mas principalmente por condutas éticas e eficazes para cumprir esse objetivo, nomeadamente na promoção de adoções responsáveis e na prevenção de situações de abandono.

Lamentavelmente e apesar de estarmos perante crimes públicos, podendo assim, qualquer cidadão denunciar junto das autoridades as situações de abandono e/ou maus tratos a animais a que assistam ou das quais tenham conhecimento, verifica-se que o abandono de animais na via pública continua a ser, uma questão recorrente, que toma proporções alarmantes e para a qual as entidades públicas e privadas têm bastante dificuldade em dar resposta, atendendo à dimensão do problema.

A Câmara Municipal de Palmela, em articulação com entidades oficiais, nomeadamente o SEPNA-GNR e o Ministério Público, tem efetuado o acompanhamento permanente, por forma a dar uma resposta ajustada às várias situações de abandono e maus-tratos a animais. O município tem investido em novas formas de minimizar o problema, como é o caso do trabalho de implantação de abrigos e a esterilização e devolução de felídeos à comunidade.

São também parceiros nesta missão as associações de defesa dos animais do Concelho, nomeadamente “O Cantinho da Milú”, a “Quintinha ABC” e a “PRAVI”, as quais acolhem um elevado número de animais, assegurando nas suas instalações o alojamento, a alimentação e os cuidados médicos necessários para garantia do bem-estar animal.

Para que estas associações possam prosseguir a sua missão, é essencial o apoio de entidades públicas, para além do envolvimento de muitas pessoas voluntárias e algumas empresas, que regularmente também prestam o seu precioso contributo.

Assim, tendo em conta que:

- Nos termos do n.º 1 e das alíneas g) e k) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Município de Palmela, tem por atribuições a promoção e a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios da saúde pública e ambiente;
- É competência da Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes e, bem assim, apoiar atividades de natureza social, educativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde pública (cfr. alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do sobredito regime jurídico).

Considerando a necessidade de apoio financeiro para garantir o funcionamento básico das instalações e o apoio às atividades correntes das Associações (nomeadamente tratamentos médicos veterinários, medicamentos, campanhas de sensibilização, vacinação, colocação de

identificadores e esterilização dos animais acolhidos) **propõe-se**, em conformidade com as alíneas o) e u), n.º 1 do artigo 33.º do citado regime legal a atribuição de apoio financeiro no valor global de 5.500,00 € (cinco mil e quinhentos euros), a ser distribuído, tendo em conta o número de animais existentes em cada Associação, o conjunto das atividades que desenvolvem e a disponibilidade para colaborar com as autoridades locais, da seguinte forma:

- Associação "O Cantinho da Milú": 3.000,00 € (três mil euros)
- Associação "Quintinha ABC": 1.900,00 € (mil e novecentos euros)
- Associação "PRAVI": 600,00 € (seiscentos euros)

A despesa tem cabimento na ação das Grandes Opções do Plano 2.4.6.03.007; 0303/040701; 2017 A 39.»

Sobre a proposta de Apoio financeiro às Associações de Proteção dos Animais do Concelho de Palmela, numerada DASU_DSU 01_15-20, intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que o PS vai votar favoravelmente, concorda com a diferenciação que é feita em relação às 3 Associações, pelo que considera que a escala e a intervenção estão bem representadas e os serviços técnicos plasmaram bem aquela que é a realidade em relação a estas associações. Também acompanha com agrado, a questão dos valores que têm aumentado, não se pode esperar aumentos exponenciais, mas são os aumentos possíveis, em função também da capacidade de resposta das associações, portanto, neste aspeto, em relação à bondade da proposta, o PS está perfeitamente de acordo, mas existem aqui uns pormenores que não são perceptíveis, ou seja, porque é que continuam a apresentar estas propostas de apoio às associações, umas vêm ao abrigo do Regulamento de Apoio do Movimento Associativo e outras, neste caso, ao abrigo da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que permite genericamente um apoio. Refere que foi solicitado o plano de atividades e os relatórios de contas, porque se houver dívidas fiscais, a autarquia, por princípio, não deveria atribuir antes dessa hipotética dívida estar resolvida, pelo que é o único senão que manifesta, porque não fazer estas atribuições pelo mesmo procedimento constante do movimento associativo, até porque é isso que dá força ao regulamento, que dá regulamentação nas mais diversas áreas de intervenção, num critério que dá consistência ao todo e ao papel da autarquia no apoio das mais diferentes áreas, mas de uma forma equilibrada e na lógica de quem decide estes apoios, obviamente que vai impor, em relação ao que é ou não prioritário. Portanto, a questão baseia-se apenas em relação a este enquadramento, porque considera que dava a estabilidade a um bom serviço que já se faz, há uma relação saudável e profícua que já se tem com estas associações, que fazem grande parte o trabalho da autarquia que não consegue assegurar ou que tomou a opção de não assegurar e colocar estas Associações como parceiras, que considera ser uma opção correta, melhor do que centralizar e perder o pulso na sociedade civil, porque, nesta questão dos animais, as características das pessoas e dos dirigentes são muito importantes e por melhor que sejam os técnicos, não fica com a certeza

que tenham o mesmo estado de alma que estas pessoas, que são voluntárias nestas associações, têm. Depois, deixa uma nota final em relação à Associação PRAVI, porque é uma associação que está praticamente sem atividade no concelho e por isso a curiosidade em ver o plano de atividades, o mesmo em relação ao contrato de comodato que exista de um terreno e ao projeto que a autarquia tem expectativas que essa associação avance, mas que tendo pouca atividade ao nível do concelho, também se pode dar o caso de deixar em aberto que da infraestrutura venha a atividade.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que o MIM congratula-se com este apoio às Associações de Apoio aos Animais, porém, considera que a autarquia poderia ir mais além, mas, naturalmente, também há condicionantes financeiras que, se calhar, não o permitem. Portanto, considera que é um apoio meritório a estas associações e sempre que possível, a autarquia deve apoiar estas instituições, porque cada vez mais é necessário.

O **Sr. Presidente** refere que tem muitas dúvidas que este apoio a estas Associações possa ser incluído na mesma lógica que presidiu à elaboração do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, porque atualmente há associações para tudo, porque foi, sobretudo pensado para a dinamização cultural, social, desportivo, recreativo e lúdico na comunidade e, que tem, de facto, critérios que dificilmente conseguiriam cruzar. É evidente que os regulamentos podem ser modificados e, admite que é mais adepto de criar para determinadas áreas e esta pode ser uma área em que se justifica um conjunto de normas e critérios que permita ser cada vez mais justos na apreciação. O Sr. Vereador Pedro Taleço acabou por justificar bem, o facto de a autarquia atribuir apenas 600€ à PRAVI, sendo apenas aquilo que se considera justo, porque, de facto, tem uma menor atividade no concelho. A atribuição de apoio é sempre curta, por exemplo, o cantinho da Milú está a receber mais verba que as coletividades centenárias que estão ao abrigo do apoio à atividade no Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo e, isso não está relacionado apenas com o Regulamento e o orçamento. Depois, é muito difícil arranjar critérios para comparar associações que têm objetivos muito diferentes, como por exemplo, a autarquia não tem um regulamento para as Associações de Moradores, que até deveria estar abrangidas pelo Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo e algumas até estão, até na lógica daquilo que o Sr. Vereador Pedro Taleço também acha, porque, de facto, existem Associações de Moradores que têm uma atividade de natureza cultural, enfim, evoluíram, atualmente não são associações de obras ou de augis, mas que têm já uma intervenção comunitária ao nível da ocupação dos tempos livres e das respostas culturais e sociais. Portanto, é necessário refletir bem esta questão e até considera que os animais são igualmente muito importantes, mas depois se começar a comparar o número de animais com o número de tocadores de instrumentos de sopro e com o número de jogadores, é tudo muito complicado e, os regulamentos são o desafio, que se por um lado ajudam, por outro, às vezes complicam as situações, e daí a dificuldade, mas também concorda que devem evoluir para algo normativo que clarifique critérios.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISITRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

DIVISÃO DE ATENDIMENTO E ADMINISTRAÇÃO GERAL

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Protocolo entre o Município de Palmela e o Município de Setúbal, relativo à repartição dos montantes obtidos pelo pagamento das taxas devidas a título de custas no Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Palmela e Setúbal.

PROPOSTA N.º DAFRH_DAAG 01_15-20:

«A 19 de dezembro de 2007 foi celebrado o protocolo entre o Ministério da Justiça e o Município de Palmela para a instalação, organização e funcionamento do Julgado de Paz de Palmela, inserido no Agrupamento dos Concelhos de Palmela e Setúbal, incluindo a consequente partilha de encargos.

Na sequência de exigências dos municípios, a quem coube desde o início, sem qualquer contrapartida financeira, suportar custos muito significativos com a instalação e funcionamento destes serviços desconcentrados da administração central, o governo determinou a partilha das receitas dos Julgados de Paz entre o Ministério da Justiça e os municípios parceiros. Assim, desde de 1 de janeiro de 2020, com a entrada em vigor da Portaria n.º 342/2019, os municípios têm direito a 50% dos montantes obtidos pelo pagamento das taxas devidas a título de custas nos Julgados de Paz.

Tratando-se de um julgado de paz constituído em parceria com mais de um município, a parcela das taxas arrecadas pelo Ministério da Justiça ao Agrupamento é transferida apenas para um único município, devendo estes acordar entre si, dando disso conhecimento à Direção Geral de Política e Justiça, qual o parceiro destinatário das transferências, bem como os termos e critérios da repartição dos montantes.

Nestes termos, e tendo em consideração o maior volume de processos gerados pelo Julgado de Paz Setúbal, propõem-se que seja o município de Setúbal a receber a verba transferida pelo Ministério da Justiça, procedendo posteriormente à transferência para o município de Palmela da parte que lhe é devida, tendo como critério único para a repartição, o montante total das taxas geradas pelos processos tramitados em cada município parceiro.

Assim, ao abrigo disposto nas alíneas r), ee) e bbb) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos de cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º 5º da Portaria n.º 342/2019, de 1 de outubro,

propõe-se a aprovação pela Câmara Municipal da minuta de protocolo que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISITRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

DIVISÃO DE FINANÇAS E APROVISIONAMENTO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de investimentos candidatados ao «Portugal 2020» - Adjudicação.

PROPOSTA N.º DAFRH_DAAG 01_15-20:

«Na sequência da aprovação em Assembleia Municipal, realizada no dia 05 de dezembro de 2019, do pedido de autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimo bancário de médio e longo prazo, conforme estabelecido no n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, foi aprovado em reunião de Câmara, realizada em 19 de fevereiro de 2020, a consulta para apresentação de proposta às seguintes entidades bancárias: BEI – Banco Europeu de Investimentos (Linha BEI PT 2020 – Autarquias); Caixa Geral de Depósitos; Crédito Agrícola; Montepio Geral.

Refira-se que a consulta ao BEI assume a figura de candidatura, nos termos do Regulamento de implementação da Linha BEI PT 2020, a submeter na plataforma PT2020, uma por operação, destinando-se os empréstimos a contratar exclusivamente ao financiamento das componentes elegíveis de operações aprovadas no âmbito do Portugal 2020. A consulta a outras entidades bancárias tinha por único propósito cumprir a obrigação prevista no nº5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e no nº4 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2103, de 3 de setembro, obrigação que entretanto dispensada, através do art.º 125.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, que aprovou o Orçamento de Estado de 2020.

Estando dispensada a consulta a outras entidades bancárias, a presente deliberação restringe-se à apreciação das condições contratuais apresentadas pelo BEI, verificando se as mesmas se conformam com as condições definidas pelo município na referida deliberação de 19 de fevereiro de 2020.

Das catorze candidaturas que o município pretende submeter à «Linha BEI PT 2020 – Autarquias» nove encontram-se concluídas e com decisão final do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C), conforme notificações que se anexam (ver anexo 1). As candidaturas concluídas e respetivo montante de financiamento aprovado constantes do quadro seguinte:

Quadro 1 - Candidaturas Aprovadas		Montante Financiamento Aprovado
1.	Requalificação do Monte do Francisquinho em Pinhal Novo	348.215,06 €
2.	Requalificação do Salão Nobre dos Paços do Concelho	364.000,00 €
3.	Requalificação da Capela de S. João Batista	152.055,24 €
4.	Implementação de Sistema de Controlo de Perdas de Água	145.125,47 €
5.	Remodelação do Jardim José Maria dos Santos, articulação com o antigo largo da Mitra, em Pinhal Novo Sul	190.872,11 €
6.	Ligação do largo adjacente à Rua Infante D. Henrique (antigo largo da Mitra) à zona central de Pinhal Novo	69.263,00 €
7.	Requalificação de espaços públicos e arranjos exteriores em Fernando Pó	51.075,00 €
8.	Requalificação do Antigo Polidesportivo do Poceirão	209.544,27 €
9.	HUB10 - Plataforma Humanizada de Conexão Territorial - Concelho de Palmela	550.000,00 €
TOTAL		2 080 150,15 €

Nenhuma das candidaturas aprovadas excede o montante individual autorizado pela deliberação 19 de fevereiro de 2020, no total o valor de financiamento aprovado é de 2.080.150,15 € (dois milhões, oitenta mil, cento e cinquenta euros e quinze cêntimos).

Tendo em consideração que os financiamentos são concedidos por operação, celebrando-se para o efeito contratos individuais de empréstimo (contratos de financiamento reembolsável, na terminologia da AD&C) considera-se viável que o município, mediante deliberação dos órgãos municipais nos termos da lei, proceda à sua adjudicação individualmente ou em bloco, permitindo assim dar seguimento aos respetivos processos, à medida que são aprovados pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão.

Assim e tendo em consideração:

- Que as condições concedidas pelo BEI, discriminadas no quadro que se segue, cumprem todos os requisitos exigidos na consulta;

Quadro 2 – Condições do Financiamento BEI para todas as candidaturas aprovadas	
Prazo do financiamento reembolsável	15 anos
Número máximo de desembolsos	3 tranches
Período de carência de amortização de capital	4 semestres
Reembolsos	30
Taxa de Juro	Variável / Taxa Euribor a seis meses
Amortização antecipada voluntária	Sem penalizações
Comissões	Sem comissões
Spread aplicável	0,27700%

- que apesar de, nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, o presente empréstimo não contribuir para a capacidade de endividamento, o Município de Palmela dispõe atualmente de uma margem de endividamento de cerca de 10,7 milhões de euros para o ano de 2020, valor suficiente para acomodar este novo

empréstimo caso não estivesse isento, mesmo deduzindo o montante a comprometer com o empréstimo destinado a financiar o plano plurianual de investimentos, -em fase de contratação -, conforme se constata pela aferição da dívida total no 4.º trimestre de 2019 (quadro 3);

Quadro 3 - Aferição da Dívida Total (4.º trimestre) – extraído da DGAL			
1. Limite dívida total			
Receita corrente líquida	2016	(1)	39.335.083
	2017	(2)	40.689.307
	2018	(3)	43.781.937
Média da Receita Corrente		(4)=(1+2+3)/(3)	41.268.776
Limite dívida total		(5)=(4)*1,5	61.903.164
2. Endividamento		(6)	8.583.204
3. Margem total disponível		(7)=(5)-(6)	53.319.960
4. Margem utilizável		(8)=(7)*20%	10.663.992

propõe-se:

1. que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, de acordo com o n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2016, de 3 de setembro a contração de 9 (nove) empréstimos bancários de médio e longo prazo, devidamente discriminadas no Quadro 1 da presente proposta, até ao montante máximo de 2.080.150,15 € (dois milhões, oitenta mil, cento e cinquenta euros e quinze cêntimos), ao BEI – Banco Europeu de Investimentos (Linha BEI PT 2020 – Autarquias), conforme candidaturas aprovadas pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, e condições constantes das minutas de «Contrato de Financiamento Reembolsável», que se anexam e fazem parte integrante da presente proposta;
2. que, estando disponíveis e integrando a presente proposta as minutas dos referidos contratos e sem prejuízo da deliberação da Assembleia Municipal referida no ponto anterior, se proceda à aprovação das cláusulas contratuais, para cumprimento no disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 19.º da Resolução n.º 14/2011, de 16 de agosto, do Tribunal de Contas.

ANEXOS:

- 3 (três) notificações de aprovação de pedidos de financiamento reembolsável – «Linha BEI PT 2020»
- 9 (nove) minutas de «Contrato de Financiamento Reembolsável.»

Sobre a proposta de Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de investimentos candidatados ao «Portugal 2020» - Adjudicação, numerada DAFRH_DAAG 01_15-20, intervêm:

O **Sr. Vereador José Calado** chama a atenção que a presente proposta só chegou por volta 18 horas, pelo que solicita que sejam mais céleres no envio das propostas, para que seja possível analisar com tempo as propostas.

O **Sr. Presidente** apresenta desculpas, mas o atraso prendeu-se, de facto, com a tentativa de apresentar o maior número de propostas aprovadas pela agência, mas os serviços não conseguiram obter da parte do gabinete que trabalha com os fundos e com a agência os dados, os documentos oficiais que comprovavam que já estavam efetivamente aprovadas, contudo, considera que vale a pena este esforço.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** menciona que através do edital nº 129/DAFRH-DAAG/2020, foi determinado que a participação do público fica sujeita a marcação prévia, na sequência das medidas de prevenção decretadas pela Direção Geral de Saúde (DGS) e em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros nº 33-A/2020, de 30 de abril.

Encontrava-se feita uma marcação em nome do Sr. Carlos Oliveira, mas o **Sr. Presidente** regista que o senhor não se encontra presente.

- **Sessão ordinária da Assembleia Municipal dia 25 de junho** – O **Sr. Presidente** informa que no dia 25 de junho, pelas 20.30 horas, no Cineteatro S. João, em Palmela, se realiza uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Palmela.

- **Sessão ordinária da Assembleia Municipal dia 26 de junho** – O **Sr. Presidente** informa que no dia 26 de junho, pelas 20.30 horas, no Cineteatro S. João, em Palmela, se realiza uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Palmela.

- **Condecorações** – O **Sr. Presidente** informa que no dia 27 de junho, pelas 15.00 horas, no Cineteatro S. João, em Palmela, tem lugar a cerimónia de atribuição das Medalhas Municipais.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezanove horas e um minuto, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco